



**ATA N.º 29/XI-2º/2014-15**

- 1 - Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Salão do Clube Recreativo Instrução Sobredense, sito na rua da Liberdade, nº 29, na Sobreda, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:
- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
  - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
  - 3 - Período da Ordem do Dia
    - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
    - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Almada”
    - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público Municipal”
    - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Legalização da prática naturista na Praia da Adiça”
    - 3.5 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Designação de Júris para Concursos de Provimento para Cargo de Direção Intermédia de 1º Grau para:
      - 3.5.1 - Departamento de Comunicação;
      - 3.5.2 - Departamento de Energia, Clima, Ambiente e Mobilidade;
      - 3.5.3 - Departamento de Intervenção Social e Habitação;
      - 3.5.4 - Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico;
      - 3.5.5 - Departamento de Rede Viária e Manutenção e Logística”
    - 3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Designação de Júris para Concursos de Provimento para Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau para:
      - 3.6.1 - Divisão de Arquivo e Bibliotecas;
      - 3.6.2 - Divisão de Equipamentos Culturais;
      - 3.6.3 - Divisão de Estudos, Gestão Ambiental e Energia;
      - 3.6.4 - Divisão de Estudos e Planeamento;
      - 3.6.5 - Divisão de Fiscalização Municipal;
      - 3.6.6 - Divisão de Administração e Gestão Urbana 1;
      - 3.6.7 - Divisão de Administração e Gestão Urbana 2;
      - 3.6.8 - Divisão de Infraestruturas Viárias e Iluminação Pública;
      - 3.6.9 - Divisão de Museus e História Local;
      - 3.6.10 - Divisão de Mobilidade Urbana;
      - 3.6.11 - Divisão de Parques Urbanos;
      - 3.6.12 - Divisão de Qualificação de Mercados e Serviços Urbanos;



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

3.6.13 - Divisão de Relações Públicas e Protocolo e Programação Municipal;

3.6.14 - Divisão de Reabilitação e Revitalização Urbana e Espaço Público;

3.6.15 - Divisão de Transportes e Manutenção.”

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; António Abrantes de Almeida; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Ana Catarina Ribas Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 25 de junho de 2015, (Ent. nº 4007/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves, com ausência nos dias 25 e 26 de junho de 2015, (Ent. nº 3979/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 25 e 26 de junho de 2015, (Ent. nº 4008/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputados Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 25 de junho de 2015, (Ent. nº 4068/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 25 de junho de 2015, (Ent. nº 4061/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 25 de junho de 2015, (Ent. nº 4062/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel de Amorim Matias, com ausência no dia 25 de junho de 2015, (Ent. nº 4063/XI-2º), (**Conforme Anexo VII**).



**4.1.1** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- Sr. José João Santos da Mata, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de junho, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- Sr. Luís António Vicente, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de junho, do eleito Sr. Nuno Miguel Costa Gonçalves e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX, X e XI**).
- Sr. Mário Filipe Burrica Nunes de Castro, apresentado a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de junho, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII**).
- Sr.ª Fernanda Maria Amaro Tavares, apresentada a sufrágio pela lista da CDU e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de junho, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa, da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, do cidadão Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos e do cidadão Sr. Joaquim Machado Duarte, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII, XIV, XV, XVI e XVII**).
- Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, apresentada a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de junho, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII**).
- Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de junho, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
- Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 25 de junho, do eleito Sr. Pedro Miguel de Amorim Matias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX**).

**4.2** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.3** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 3561/XI-2º ao 4020/XI-2º do Expediente Enviado do nº 2385/XI-2º ao nº 2608/XI-2º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 10/XI-2º/2014-15, das Atas Nºs 24/XI-2º/2014-15, 25/XI-2º/2014-15, 26/XI-2º/2014-15, 27/XI-2º/2014-15 e 28/XI-2º/2014-15 e das Minutas das Atas Nºs 25/XI-2º/2014-15, 26/XI-2º/2014-15, 27/XI-2º/2014-15 e 28/XI-2º/2014-15 e da Informação Nº 09/14-15 da Atividade dos Membros da Mesa.

**4.3.1** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 24/XI-2º/2014-15, 25/XI-2º/2014-15, 26/XI-2º/2014-15, 27/XI-2º/2014-15 e 28/XI-



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

2º/2014-15 e as Minutas das Atas Nºs 25/XI-2º/2014-15, 26/XI-2º/2014-15, 27/XI-2º/2014-15 e 28/XI-2º/2014-15, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.

**5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

**5.1** - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Processo da CMA nº E/9668/2011”.

**5.1.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2014, foi registado com a Entrada nº 2211/XI-2º e designado de nº 3/PS/XI.

**5.1.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, através do ofício nº 1543/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1542/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.2** - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre Rotunda situada em frente ao Hospital Particular de Almada.

**5.2.1** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº S/453/2015 de 12 de maio de 2015, sendo-lhe atribuído o nº 3727/XI-2º.

**5.2.2** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 2480/XI-2º de 20 de março de 2015.

**5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre Festas da Cidade.

**5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 25 de março de 2015, foi registado com a Entrada nº 3341/XI-2º e designado de nº 6/CDS-PP/XI-2º.

**5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 2261/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2262/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.3.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 241/GP, de 4 de junho de 2015, sendo-lhe atribuído o nº 3945/XI-2º.

**5.3.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 2568/XI-2º, de 12 de junho de 2015.

**5.4** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

**5.4.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.

**5.4.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.



**5.5** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre Apoio ao Empreendedorismo.

**5.5.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 20 de maio de 2015, foi registado com a Entrada nº 3781/XI-2º e designado de nº 8/CDS-PP/XI-2º.

**5.5.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 22 de maio de 2015, através do ofício nº 2516/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2515/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.6** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre a “gestão fora do normal horário escolar do equipamento desportivo da Escola Básica Feliciano Oleiro, em Almada”.

**5.6.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 19 de maio de 2015, foi registado com a Entrada nº 3755/XI-2º e designado de nº 9/CDS-PP/XI-2º.

**5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 25 de maio de 2015, através do ofício nº 2519/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2518/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.6.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 253/GP, de 8 de junho de 2015, sendo-lhe atribuído o nº 3944/XI-2º.

**5.6.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 2569/XI-2º de 12 de junho de 2015.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6.1** - Usou da palavra a Munícipe Exm.ª Senhora Teresa Gertrudes Simão, residente na Charneca de Caparica.

**6.1.1** - A Munícipe Exm.ª Senhora Teresa Gertrudes Simão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moro na rua das Amendoeiras e moro lá já desde 2003, comprei em 2000 já estavam as infraestruturas todas pagas e até hoje, estamos em 2015, eu vivo pior do que em África. Tenho aqui o que atesta justamente como é que eu vivo e está aqui o requerimento que foi feito pelos antigos proprietários que moravam naquela rua, que a Câmara nunca deu resposta nem nunca deu solução ao problema.

Ora, o que me traz aqui hoje é para pedir ao Sr. Presidente para ver este processo, para ver este assunto, ou a Câmara o resolve ou então para me darem autorização e eu arranjo a rua sozinha da minha parte. Está tudo pago, podem verificar, o último a pagar foi no ano 2000, um vizinho que mora no nº 8 da rua das Amendoeiras e continuamos sem os trabalhos. Foram há uns anos pôr lá umas carradas de gravilha, que a gravilha já desapareceu e até hoje estamos à espera que vão terminar os trabalhos. Agradeço que este assunto seja resolvido.



Quero saber o que é que se passa para já tantos anos e este assunto continuar no ponto morto. Peço deferimento ou autorização para eu arranjar a rua da minha parte.”

**6.2** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Emanuel Vidal, residente em Cacilhas.

**6.2.2** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Emanuel Vidal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Emanuel Vidal, o motivo da minha presença nesta Assembleia prende-se com a total ausência de resposta da Câmara Municipal de Almada. Vou fazer um resumo da situação. Eu moro na rua Cândido dos Reis em Cacilhas e abriu em 2012 uma pastelaria/casa de chá que organizava em paralelo festas de aniversário. Devo dizer que a festa dos 4 anos da minha filha foi realizada neste estabelecimento, como tal nada contra a existência de uma pastelaria por baixo da minha casa. Acontece que passados 6 meses transformaram, por iniciativa própria a pastelaria num bar. Às sextas à noite com DJ de serviço. Foram praticamente 2 anos de sofrimento na qual a Câmara de Almada foi ignorando, até que depois de ter vindo expor a minha situação em reunião de Câmara, em novembro de 2014, foram finalmente efetuadas medições acústicas, cinco medições, 2 sem o estabelecimento ter conhecimento e 3 com o estabelecimento fechado. O resultado deu-me razão, pois comprovou-se a incomodidade com o valor das medições a darem o dobro do permitido por Lei. Só para terem uma ideia num quarto em silêncio costumam estar 22 decibéis. Houve momentos na medição em que os valores estavam 24 decibéis. Foram dois anos de inferno. Recebi um Relatório tal como o estabelecimento o recebeu que o proíba de fazer qualquer tipo de evento musical, cinematográfico e outros. A licença de utilização era para pastelaria/casa de chá. Acontece que paulatinamente começaram com eventos. Primeiro em fevereiro dia 7 e 28, depois em março dia 14; em abril; maio e junho. Começaram workshops de dança e performances poéticas, é de referir que todos esses eventos tinham música associada e sentia-se na minha habitação. Claro que não com a potência que tinha as músicas colocadas pelo DJ, mas sentia-se e incomodava. Por ser uma pessoa razoável deixei passar tudo isto, no entanto a 15 de maio ocorreu um evento musical com um músico convidado que me incomodou particularmente. Por achar um abuso, no dia seguinte enviei um e-mail para a Fiscalização de Almada, remetida ao Dr. Norberto Gomes com conhecimento a diversas áreas da Câmara Municipal de Almada. Foram-se passando os dias e não obtive qualquer resposta da fiscalização, com exceção do Presidente da Assembleia o Dr. Maia. Fui insistindo semanalmente dando conta que num dos sábados dia 8 de junho durante uma hora tiveram música bem alta com o valor bem perto dos 34 decibéis medidos por mim. Continui a insistir em receber uma resposta e no dia 19 de junho verifico no Facebook do estabelecimento Chá de Histórias que iria haver um concerto ao vivo no dia de S. João às 21H00. Enviei um e-mail nesse mesmo dia para a Câmara a solicitar esclarecimentos, se tinha havido ou não autorização da Câmara, voltei a ficar sem resposta. Insisti com um novo



e-mail dia 22 e tentei marcar telefonicamente uma reunião com a fiscalização da CMA. Foi-me informado que o Dr. Norberto estava de saída e que se encontrava de férias. Depois do meu telefonema recebo ao final do dia de 22 de junho, 34 dias depois do meu primeiro e-mail, um e-mail de resposta automática informando que o Dr. Norberto estava de férias, 34 dias.

Tinha muitas palavras para descrever esta situação, mas só queria dizer uma “desrespeito”. Liguei para a CMA no dia 23 perguntando se tinha havido autorização para o evento, garantiram-me que não. Muito bem, de seguida liguei para a PSP que iria decorrer um espetáculo ilegal. Às 18 horas do dia 23 começaram os testes de som. Liguei imediatamente para a PSP e chegaram ao local 15 minutos depois. Os proprietários mostraram-lhes um e-mail da Associação de Comerciantes do Distrito de Setúbal que patrocinava o evento, e licença da Sociedade Portuguesa de Autores. Bastou esses dois documentos para a PSP vir à minha casa informar-me que não iriam impedir o concerto. Efetuei participação do sucedido e os agentes foram embora. Liguei para o agente graduado de serviço da PSP a explicar a situação. Tentem um dia fazer algo de semelhante e vão ver o real significado da palavra frustração. Responderam-me que supostamente é a CMA, note-se, foi o agente graduado que me disse isto. Supostamente é a CMA que autoriza, mas que neste País há muita coisa ilegal e que não podem ir a todo o lado e que hoje era um dia especial, isso só gravando a conversa porque a gente não acredita, às vezes há situações que nós não concordamos.

Conclusão, o espetáculo realizou-se com as colunas bem em baixo do meu prédio. Se os proprietários tivessem um bocadinho de bom senso, ao lado do estabelecimento Chá de Histórias há um prédio devoluto. Eles podiam ter tido o cuidado de pôr as colunas junto ao prédio devoluto, mas não, puseram debaixo do meu quarto. Note-se eu tenho duas crianças, uma com 4 e outra com 7 anos e eu tenho felizmente um bom isolamento acústico em minha casa, eu não ouço o barulho da rua, podem estar aos gritos que eu não ouço, agora música com colunas eu ouço garantidamente. Bem sei que o S. João é um dia especial, mas para haver concertos, para haver eventos tem que haver autorização da Câmara. Pois se assim não for qualquer comerciante pode fazer um concerto quando lhe apetecer.

Por fim, eu pretendo saber o que é que a Câmara Municipal de Almada tenciona fazer para travar/resolver este meu problema, porque para finalizar amanhã vai haver um outro evento, vai haver um teatro, às 9 e meia vai haver um teatro. Está publicitado só não veem se não quiserem.”

**6.3** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor João Pedro Tavares Dias, residente em Cacilhas.

**6.3.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor João Pedro Tavares Dias:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha intervenção será feita em nome dos moradores da rua Cândido dos Reis.



Como é do vosso conhecimento, a requalificação da rua Cândido dos Reis, em Cacilhas, veio proporcionar novos locais de fruição social, quer diurna quer noturna, que no rigoroso respeito pelas regras básicas da convivência social, constituiriam certamente uma mais valia para todos: os que ali vivem e os que ali trabalham.

Não é o que tem acontecido.

O respeito pelas regras básicas da convivência social é diariamente arruinada pelas más práticas de um número significativo de estabelecimentos comerciais, que desenvolvem as suas atividades na Cândido dos Reis - aparentemente - sem que qualquer regulação, limite ou sentido da responsabilidade.

A mais viva demonstração desta denúncia, foi a criação da Comissão de Moradores da rua Cândido dos Reis, formalizada em Assembleia Geral de Moradores no dia 16 de junho de 2014.

Foi criada esta comissão sob a firme certeza de que as suas preocupações seriam escutadas e que a desatenção para com direitos elementares dos moradores haveria de ser corrigida.

Após o levantamento das principais queixas dos moradores, solicitámos um encontro com os serviços da Câmara.

Fomos gentilmente recebidos no dia 20 de Outubro de 2014, em reunião com o Sr. Alain Pereira e o Sr. João Geraldês.

Passaram dez meses desde essa feliz reunião, onde tivemos a oportunidade de expor, com detalhe e objetividade, as principais preocupações e o sentimento dos moradores.

Até hoje, não nos foi adiantada mais nenhuma informação.

Nos últimos dois meses - com o regresso em massa das esplanadas, das nuvens de fumo que saem dos fogareiros de peixe colocados na via pública, do ruído das dezenas de exaustores obsoletos, do ruído noturno, da imundice dos pontos de recolha de lixo, das constantes obstruções à circulação de pessoas e veículos - entre muitas outras situações - tornou-se por demais evidente, que os moradores da rua Cândido dos Reis continuam sem garantias de ver os seus problemas resolvidos.

É esse o motivo que nos trás aqui hoje.

Procuramos respostas para a resolução dos nossos problemas.

Sobre o ruído noturno.

O que foi feito para impedir que estabelecimentos comerciais geradores de ruído noturno, convivam, paredes meias com edifícios de habitação.

O que foi feito, para que as atividades geradoras de ruído noturno sejam eficazmente fiscalizadas e cumpram os horários estabelecidos.

O que foi feito, para que as esplanadas sejam, recolhidas à meia-noite e não se prolonguem, como acontece às sextas e aos sábados, até às 2 da manhã.

O que foi feito para reforçar a segurança noturna após o horário de encerramento dos bares.



O que foi feito para desobstruir a rua das dezenas de pessoas que ali permanecem pela noite dentro, arruinando o descanso dos moradores.

No fundo, o que foi feito para impedir que se repita o cenário caótico do verão de 2014.

O que foi feito para que os condutores de motorizadas de alta cilindrada não venham para a nossa rua pedonal exhibir os seus estridentes motores, às duas da manhã, como aconteceu por diversas vezes, precisamente, no verão passado.

E o que foi feito, para que os moradores que assomam à janela às 4 da manhã para pedirem um pouco de respeito e silêncio, não sejam vítimas de injúrias e ameaças.

Sobre a ocupação do espaço público.

O que foi feito para implementar, fiscalizar e fazer cumprir um regulamento de ocupação do espaço público.

A obstrução das entradas dos edifícios com mesas e cadeiras de esplanada é uma constante. A obstrução da lajeta central da rua, por chapéus-de-sol e menus de refeição, continua a dificultar ou mesmo impedir o trânsito de viaturas.

Que o digam os Bombeiros que diariamente realizam o transporte de doentes na nossa rua. Se o nosso testemunho não basta para que se tomem medidas, que se atentem ao menos na experiência dos bombeiros. Oçam-nos, por favor.

Outra situação emblemática e escandalosa de ocupação indevida do espaço público é o regresso, por iniciativa de diversos restaurantes, da já mui antiga prática de colocar os fogareiros de peixe na via pública, e ao longo de todo o ano.

Neste momento, a proibição dos restaurantes fazerem da via pública uma extensão das suas cozinhas, é letra morta - e espanta-nos a total incapacidade, bem como a falta de empenhamento e vontade em fazer cumprir uma medida que foi tomada, em boa hora, em defesa dos interesses legítimos dos moradores.

Sobre os serviços da ECALMA.

O acesso de veículos à rua está condicionado por um pilarete.

Um funcionário da Ecalma faz a gestão das entradas, saídas e permanências na rua.

Foi estipulado um horário para o acesso de veículos à rua.

O horário para o acesso à rua definido para os moradores com viatura, é rigorosamente o mesmo que é concedido às carrinhas que fazem o abastecimento dos restaurantes.

Atentem e ponham os olhos nesta situação caricata:

Os moradores da Cândido dos Reis - muitos deles ali residentes há dezenas de anos - disfrutam das mesmíssimas condições de acesso, que a carrinha do Pingo Doce, da Makro, ou da Sagres.

Não nos parece justo nem sensato, ajustar e nivelar pelas necessidades dos restaurantes e dos seus fornecedores, as possibilidades de um morador chegar com a sua viatura à porta de sua casa.



Isto surge ainda mais agravado, pelo facto, que já por diversas vezes nos foi reportado, do excesso de zelo dos funcionários da Ecalma para com os moradores. Um morador que chegue com as suas compras 5 minutos depois do horário estabelecido é pura e simplesmente impedido de entrar na rua. Isto não é aceitável.

Caros senhores pedimos, tão só, a implementação de um sistema que sirva as pessoas.

A situação criada aos moradores da Cândido dos Reis, é indigna.

Sobre a circulação de bicicletas.

Têm os serviços da Câmara a noção de que a sinalização embutida na calçada, à entrada e saída da rua, onde se vê o símbolo de uma bicicleta, têm induzido uma parte dos ciclistas a circularem a velocidades que põem gravemente em perigo a segurança dos pedestres, sejam eles crianças ou homens robustos.

Para quando uma sinalização que consiga domar o comportamento de ciclistas agressivos e irresponsáveis que insistem cruzar a rua em velocidades perfeitamente desadequadas.

Se o nosso testemunho não for suficiente para que se tomem medidas, que se escute então a opinião dos donos dos restaurantes. Eles vos dirão de forma clara e bem assertiva, a sua opinião sobre à circulação de bicicletas em velocidades inaceitáveis.

Não seria chegada a hora de sinalizar à entrada da rua um apelo à moderação dos ciclistas, que lhes fizesse ver de forma clara, que os pedestres não podem deixar de ter prioridade, e que são os ciclistas que devem adequar a sua condução.

Estamos à espera de um acidente mais grave aconteça.

Sobre o serviço do FLEXIBUS.

Que razão pode justificar que a rua Cândido dos Reis esteja excluída do serviço de Flexibus.

Na reunião com os serviços da Câmara invocaram-se problemas técnicos. Entretanto passaram-se 10 meses.

Sabemos bem que os donos dos restaurantes têm contestado a passagem do Flexibus na rua.

Sabemos bem que essa contestação surge do facto de a passagem do Flexibus, interferir com a disposição desbragada de mesas, cadeiras e chapéus nas esplanadas.

Não queremos acreditar que os Serviços da Câmara se deixem pressionar por interesses privados, em colisão declarada com direitos elementares dos moradores.

As dificuldades reais que atravessaram muitos comerciantes durante o período em que a rua Cândido dos Reis esteve, transformada num estaleiro a céu aberto, não pode continuar a servir de pretexto para o clima de completa desregulação e impunidade que caracteriza a atividade de uma boa parte destes estabelecimentos.

Se os comerciantes foram prejudicados, não podem ser agora os moradores a pagar a fatura de um problema que não criaram.

Sobre a limpeza da Rua.



As questões relacionadas com a recolha de lixo e limpeza da rua, continuam no topo das preocupações dos moradores.

Confirmámos que houve, efetivamente uma maior assiduidade na recolha do lixo.

No entanto, os caixotes continuam a não ser lavados com regularidade, o mesmo acontecendo com o espaço envolvente, que permanece um foco de sujidade e maus cheiros, que incomodam e envergonham tanto os moradores, como os proprietários dos restaurantes.

À incapacidade dos serviços de limpeza, juntam-se as más práticas no tratamento do lixo por parte dos restaurantes e de outros estabelecimentos, sem isentar destas más práticas alguns moradores.

Não é aceitável que uma rua com as características da Cândido dos Reis, não disponha de um plano eficaz para a limpeza do espaço público e que não proceda, com regularidade, à lavagem da rua.

As situações de insalubridade e falta de higiene na Cândido dos Reis não se justificam e não são toleráveis.

É uma situação que nos devia envergonhar a todos.

Final.

A situação criada na rua Cândido dos Reis é um exemplo da gravíssima incapacidade para fazer cumprir regras básicas de convivência, que respeitem os justos interesses daqueles que ali desenvolvem a sua atividade económica, mas sem que para isso seja necessário vandalizar as vidas de quem ali mora.

Prometemos aos 58 moradores da Cândido dos Reis que assinaram o abaixo assinado que está anexo a este documento, que haver-mos-ia de obter uma resposta a estas e a outras preocupações.

Para atingir este objetivo, e perante a ausência de medidas concretas e visíveis, promovidas pelos serviços da Câmara, não deixaremos no futuro de intervir da forma que nos parecer mais adequada, no sentido de que a voz dos moradores seja ouvida e respeitada.

A nossa posição é justa.

A nossa atuação foi sempre correta, construtiva e moderada.

Merecemos a vossa consideração e o vosso empenho genuíno, na resolução destes problemas.

Em nome da Comissão de moradores da rua Cândido dos Reis, dirijo a todos os presentes as nossas mais sinceras saudações.

Muito obrigado.

**6.4** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

**6.4.1** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma saudação especial ao Sobredense, é a primeira vez que aqui estou nesta condição da realização de uma Assembleia Municipal, é com imenso prazer que vejo esta coletividade e que noto também a sua de certa forma reanimação se me é possível falar nestes termos.

Eu iria pedir à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal que em relação às questões colocadas pela D. Teresa Simões, não sei se entretanto chegou indicação sobre o requerimento, para perceber o que se passa e que em relação às questões colocadas pelos munícipes quer da Comissão de Moradores Sr. João Dias, quer do Sr. Munícipe Emanuel Vidal que vive na Cândido dos Reis também dissesse alguma coisa depois eu diria também.”

**6.4.2 - A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à D. Teresa, aquilo que pedia era que nos pudesse deixar a documentação ou a referência para perceber exatamente qual é o assunto e qual é o processo e depois podíamos marcar uma reunião, mas não consigo responder-lhe porque não sei exatamente do que é que se trata. Mas irei ter com a Sr.<sup>a</sup> daqui a pouco.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Emanuel Vidal o que lhe posso dizer relativamente a isto é que há aqui um processo que é longo com o Chá de Histórias e há várias questões. Há questões que se prendem com o som e com o incómodo causado nomeadamente a quem mora no edifício onde mora também o Sr. Emanuel. Foi feito como disse, foram feitas várias medições, foram tomadas várias medidas entretanto com os Srs., eu própria reuni mais do que uma vez com os proprietários e havia uma proibição clara de fazer espetáculos com música ao vivo. Inclusive a última situação que refere não houve de facto nenhuma licença especial de ruído da Câmara e portanto a PSP tem que intervir, se não intervém não pode dizer que é a Câmara que tem que intervir. A Câmara não tem nenhuma capacidade para intervir numa situação destas.

Portanto este é um problema que temos o Chá de Histórias tem em muitas circunstâncias mesmo depois deste processo, tem voltado a fazer espetáculos com música ao vivo, também tem havido da nossa parte algum contato com a PSP no sentido da sua intervenção, esta intervenção nem sempre acontece, aliás eu julgo que terá acontecido muito poucas vezes.

Várias questões, nós temos condição de não emitir as licenças especiais de ruído e não permitir que haja espetáculos com som ao vivo, não temos condições de fechar mais cedo, neste momento a legislação sobre os horários é bastante liberal e a Câmara Municipal não tem neste momento capacidade legal de impedir, terá posteriormente depois de um trabalho que terá que ser feito. Não tem capacidade de impedir que os estabelecimentos funcionem, não tem mesmo. Neste momento qualquer estabelecimento e não estou a dizer que isto é uma coisa simples, é uma coisa muito complexa de resolver, os estabelecimentos podem funcionar até à hora que entenderem. A intervenção quando há ruído ou há distúrbios tem



que ser feita pela PSP, o que é uma coisa muitíssimo complexa, como deve calcular. Esta legislação tem meses. Este é um problema.

Relativamente às questões de ruído que são colocadas, a Comissão de Moradores da rua colocou várias questões, algumas delas nós conhecemos bem e pensamos que algumas delas têm que ter a solução, ou melhor têm que ter várias soluções. Estes processos, a Cândido dos Reis não é um processo único em Almada, é porque foi a primeira rua que analisámos com estas características e portanto exige neste momento quer da Câmara, quer da própria Junta, quer das forças policiais, alguma reflexão sobre como é que alguns fenómenos podem ser diminuídos ou absolutamente anulados. Não é um processo fácil, eu acho que é um processo que temos que voltar a fazer de trabalho com os moradores e com os comerciantes. Várias questões que foram colocadas são verdade, o desrespeito por um conjunto de questões, há da parte da Câmara Municipal, dizê-lo claramente, algumas dificuldades em intervir naquilo que é a nossa competência, porque temos neste momento uma Divisão de Fiscalização muito fragilizada para um Concelho desta dimensão, e portanto há um conjunto de intervenções que têm que ser feitas e que não estão a ser feitas da parte da Fiscalização Municipal. Há um conjunto de intervenções da PSP e por isso digo que é preciso voltarmos a sentarmo-nos à mesa todos para programar uma intervenção que diminua este tipo de fenómenos que também não é feita. Neste momento estamos a falar do S. João em concreto, mas é verdade que na Cândido dos Reis há ruído excessivo e há muitas vezes algum desrespeito sobretudo mesmo após o encerramento dos estabelecimentos relativamente às pessoas que ali moram. Não é um fenómeno que nos surpreenda, naturalmente com uma rua com estas características, que ganhou a dimensão que ganhou. Estamos convictos que conjuntamente com moradores e com comerciantes e com outras entidades que referi possamos fazer um caminho que permita que as pessoas usufruam da rua, mas que também quem lá mora possa descansar. Não é um processo fácil, dizer-vos isto, mas naturalmente estamos disponíveis para rapidamente marcarmos uma reunião no sentido de podermos aprofundar estas matérias.

Sobre as questões de estacionamento penso que estará em melhores condições o Sr. Vereador Rui Jorge e a ECALMA.”

#### **6.4.3 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Duas ou três palavras em relação às questões que foram aqui colocadas.

Em primeiro lugar naturalmente que queria agradecer a compreensão dos moradores da Cândido dos Reis por tudo aquilo que se tem vindo a passar, e digo agradecer porque todos compreendem que no contexto atual aquilo que tem vindo a ser a rua Cândido dos Reis tem sido, vou dizê-lo claramente, tem sido benéfico para Almada, para Almada no seu conjunto, para o conjunto da vida em Almada, para a atratividade de Almada num contexto em que a



preocupação principal dos portugueses e dos almadenses é a criação de emprego e desenvolvimento da atividade económica. A questão da dinamização da Cândido dos Reis perdoem-me tenho que o dizer, foi bom para Almada. E todos os dados o demonstram e é fazer a revisão da Comunicação Social e das informações sobre a atratividade turística em Almada também nestes últimos meses ou nestes últimos anos e vamos ver que é assim. E portanto, é bom termos isto presente e termos isto presente na nossa discussão.

Agora também quero agradecer aos moradores e sobretudo à Associação de Moradores da Cândido dos Reis, justamente porque se tendo organizado aqui vêm trazer aquilo que é o seu sentir acerca desta nova realidade. Em relação à qual é necessário tomar medidas e é mais fácil e todos compreenderão que, em que seremos capazes de encontrar as medidas necessárias num contexto em que os moradores se mobilizam, em que é possível fazer compreender aos visitantes e fazer compreender aos proprietários que ali desenvolvem a sua atividade comercial associada à restauração que é fundamental que haja regras e que essas regras são necessárias para os moradores, mas também são necessárias para que a atividade económica que ali se desenvolve seja caracterizada pela necessária qualidade. E portanto eu não vejo que aquilo que foi aqui dito como sendo um obstáculo ao desenvolvimento da atividade na rua Cândido dos Reis. Vejo como oportunidade de qualificação da atividade na rua Cândido dos Reis e também o podíamos dizer em relação ao Largo de Cacilhas onde progressivamente e já aqui veio à Assembleia Municipal pelo menos às reuniões de Câmara as queixas de alguns munícipes também associados a problemas da mesma natureza. Aquilo que é o nosso compromisso e que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora de certa forma já anunciou é que vamos voltar a reunir quer com os moradores, quer com os proprietários ou aqueles que desenvolvem a sua atividade nestas áreas para que seja possível definir regras. É necessário que a Polícia intervenha, é necessário que a nossa equipa de fiscais não esteja limitada aos sete fiscais que é atualmente a equipa que temos na Câmara Municipal, para responder a estas e outras necessidades. Já veio a uma anterior Assembleia Municipal uma proposta de alteração do quadro de pessoal justamente centrada na necessidade de reforço das equipas de fiscalização. Mas também não há condição nenhuma no quadro daquilo que foi a legislação produzida sobre o recrutamento de pessoal para a administração pública e designadamente sobre o estatuto pessoal dos fiscais que nós de um momento para o outro nos vamos dotar dos 24 fiscais que nos fazem falta ou seja dos outros 18 que é necessário ir recrutar. Não vamos ser capazes disso. E portanto é necessário sim, é que em conjunto se encontrem as necessárias medidas para que seja possível qualificar a nossa atividade também nessa zona justamente pela visibilidade não só local mas também regional e nacional que hoje tem e que é uma área de prestígio para a Câmara Municipal de Almada, para o Município de Almada e para os almadenses. Mas para ser de prestígio é necessário que esteja de facto limpa, que esteja ordenada e que as pessoas que



lá vivem gostem de lá viver. E o nosso empenho é procurar que aquilo que aqui hoje vem como queixa seja de facto uma prioridade para que melhorem a nossa atividade e para que as pessoas que ali vivem possam viver melhor. Isto não dispensa naturalmente aquilo que são violações claras da legislação e dos direitos dos cidadãos. E aí há que intervir e naturalmente que as entidades que têm responsabilidade para intervir têm que intervir, seja a Câmara, seja a Polícia, seja quem for e naturalmente que todas as medidas se podem justificar e podem ser ajustadas ao grau de violação dos direitos dos cidadãos. E portanto, era isto que gostava de vos dizer em relação a esta matéria.

Em relação às questões que a Sr.<sup>a</sup> D. Teresa aqui colocou, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora depois poderá saber melhor o que é e depois poderá falar com a Sr.<sup>a</sup>.”

**7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**7.1 - Voto de Pesar apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes pelo falecimento de Rosandro Fortunato Costa.**

**7.1.1 - O Sr. Deputados Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Rosandro Fortunato Costa

Faleceu no dia 23 de Maio de 2015, Rosandro Fortunato Costa, sócio n.º 1 e fundador do União Futebol Clube «Os Pastilhas», clube cuja sede social se situa nas Escadinhas das Barrocas, na Cova da Piedade.

Nascido da necessidade de criar um ponto de encontro e de convívio para um grupo de jovens que se dedicavam à prática do futebol e do atletismo, motivados pelo «senhor Costa da farmácia» como era, carinhosamente, conhecido por todos, o clube existe e persiste ainda hoje, em grande parte devido à extrema dedicação deste homem e, por que não afirmá-lo, dos seus amigos e familiares. Rosandro Fortunato Costa foi, durante largos anos, dirigente do clube, tendo-lhe dedicado grande parte da sua vida. Nascido no Alentejo, Rosandro Fortunato Costa radicou-se desde muito jovem no Concelho de Almada, onde ainda residia à data do seu falecimento.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária, no dia 25 de Junho de 2015, delibera:

1. Manifestar o seu pesar pelo falecimento do Cidadão, do Múncipe, do Dirigente Associativo empenhado que foi Rosandro Fortunato Costa.
2. Apresentar à sua Família, Amigos, Associados e Corpos Gerentes do União Futebol Clube «Os Pastilhas» as mais sentidas condolências.”

**7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação do documento.**

**7.2.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Rosandro Fortunato Costa, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovado por unanimidade.**



**7.2.5** - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecido.

**7.3** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Carlos Revés (apresentando a Moção/Deliberação Exigir o fim das limitações à contratação de trabalhadores), Ana Salvado (apresentando a Moção/Deliberação Pelo acesso a cuidados de saúde primários na Freguesia da Charneca de Caparica), Sérgio Bastos (apresentando a Moção/Deliberação Requalificar o espaço público na União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda), Luísa Ramos (apresentando a Moção/Deliberação Recuperação dos bairros sociais do IHRU), João Geraldês (apresentando a Moção/Deliberação Requalificação da Estrada Florestal da Foz do Rego, Costa da Caparica), Luísa Ramos (apresentando a Moção/Deliberação Contra a privatização da TAP pela defesa dos interesses do País e a Moção/Deliberação Pela melhoria do acesso das populações aos Cuidados de Saúde Primários), Carlos Guedes (apresentando a Moção/Deliberação Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo, a Moção/Deliberação Pelo cumprimento da legislação laboral e não recurso abusivo a voluntariado nas iniciativas com apoio da Câmara Municipal de Almada, a Moção/Recomendação Incentivo à Arte Urbana e à Expressão Artística no Concelho e a Moção/Deliberação Os cortes na saúde afetam a qualidade dos cuidados prestados), João Geraldês (apresentando a Moção/Deliberação Recusa de subsídio à atividade da Companhia de Dança de Almada), Paulo Sabino (apresentando a Moção/Deliberação Pela melhoria das condições de acesso e estacionamento rodoviários nas zonas balneares da Costa da Caparica e a Moção/Deliberação Pela requalificação do traçado rodoviário do Município), Ana Catarina Lopes (apresentando a Moção/Deliberação Incentivo ao estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida), António Salgueiro (apresentando a Moção/Deliberação Serviço de táxi - melhoria das condições de exercício e de oferta), Nuno Matias (apresentando a Moção/Deliberação Mais Médicos de Família para Almada), Luísa Ramos (apresentando a Moção/Deliberação Sobre o projeto Embaixadores da Saúde-Promoção da Saúde Escolar, a Moção/Deliberação Sobre a participação de Almada no Festival IN 2015 - Inovação e Criatividade, a Moção/Deliberação Sobre o Fórum da Criança da Agenda 21 da Criança e a Moção/Deliberação Sobre a Realização em Almada do Dia Paralímpico 2015), Luís Palma (apresentando a Moção/Deliberação Congresso Almada: pensar o futuro), Luísa Ramos (apresentando a Moção/Deliberação Por um MST amigo dos Cidadãos e do Ambiente), Sónia Silva (apresentando a Moção/Deliberação Projeto Ambiental ReDuna - Recuperação e restauração ecológica do sistema dunar de São João da Caparica).

**7.3.1-** O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Exigir o fim das limitações à contratação de trabalhadores”



Integrado num processo de limitação clara da autonomia constitucionalmente consagrada do poder Local Democrático, as autarquias locais foram confrontadas, particularmente de 2010 a esta parte, com sucessivas exigências legais de redução do número dos seus trabalhadores, às quais se somaram restrições efetivas à contratação de novos recursos humanos.

Como consequência, o Poder Local Democrático perdeu em quatro anos mais de 17.000 trabalhadores.

O Orçamento de Estado para 2015 prolonga, de forma inaceitável, este percurso:

- a) Continuando a impor reduções do número de trabalhadores (que podem chegar a 3%) a vários Municípios;
- b) Limitando a contratação nos restantes a critérios cuja confrontação com a realidade redundava numa efetiva proibição de contratação.

Em consequência deste processo, perdeu-se experiência, capacidade de resposta e qualidade no serviço público prestado.

Confrontam-se hoje as estruturas autárquicas com as consequências do não rejuvenescimento: a não transmissão de conhecimentos e experiências a novas gerações de funcionários públicos, o aumento de doenças e patologias profissionais associadas ao aumento da idade média dos trabalhadores, uma menor motivação, uma limitação relevante a novas experiências, novas visões e novas dinâmicas,

Hipotecou-se, uma vez mais, o futuro.

É fundamental reconstruir a capacidade de resposta do Poder Local Democrático às suas competências e às necessidades das populações.

Só uma inversão da estratégia político-legislativa de redução e limitação do número de trabalhadores nas autarquias locais permitirá repor capacidade operacional, readquirir experiência e encontrar soluções.

A esta inversão, é fundamental que se associem, desde logo no plano legislativo, medidas que contribuam para a construção de políticas de valorização profissional, para a reconstrução de perspetivas de carreira pública, para valorizações remuneratórias claras e para um horizonte de progressão real e aliciante.

É imprescindível que, na esteira das conclusões aprovadas no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), se opere uma "mudança de paradigma" da qual resulte "o reforço da autonomia local, como fator incontestável do desenvolvimento de Portugal e do aprofundamento da democracia", passando pela revogação das "regras relativas à gestão de recursos humanos, colocando-se um termo às reduções obrigatórias de pessoal e às limitações ao recrutamento de pessoal".

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 25 de junho de 2015, delibera:

1. Exigir o fim de todas as limitações legais à contratação de trabalhadores;



2. Reiterar a necessidade de construção e afirmação de uma visão do Poder Local Democrático que respeite a sua autonomia e contribua, efetivamente, para a consolidação da sua capacidade de resposta face às necessidades das populações e do país;
3. Associar-se às conclusões do XXII Congresso da ANMP, demandando “uma mudança de paradigma” da qual resulte “o reforço da autonomia local, como fator incontestável do desenvolvimento de Portugal e do aprofundamento da democracia”, passando pela revogação das “regras relativas à gestão de recursos humanos, colocando-se um termo às reduções obrigatórias de pessoal e às limitações ao recrutamento de pessoal”.

**7.3.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Salvado (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Pelo acesso a cuidados de saúde primários na Freguesia da Charneca de Caparica”

A oferta de serviços de saúde públicos no concelho de Almada tem vindo a sofrer uma degradação paulatina, situação à qual não é alheia a configuração presente do Sistema Nacional de Saúde e as suas fragilidades na gestão a vários níveis, e na reconfiguração, em particular, dos serviços de proximidade, vulgo, os antigos centros de saúde, atuais Unidades de saúde tipificadas consoante a natureza da oferta de atendimento em termos de recursos humanos, entre outros critérios que não importa neste âmbito detalhar.

A falta de médicos de família para que, pelo menos, o universo dos utentes inscritos esteja coberto tem gerado um descontentamento generalizado na população de Almada, em particular de forma mais vincada, nalgumas freguesias mais populosas, como é o caso da Charneca da Caparica, onde a % de inscritos sem médicos de família é muito acentuada: mais de metade da população sem médico de família atribuído!

Esta situação tem origem num problema generalizado de fundo que afeta todo o sistema nacional de saúde em praticamente todo o território nacional. A recente reorganização em agrupamentos de saúde assente numa tipologia diferenciada de unidades de atendimentos veio gerar graves problemas de gestão e desigualdades na oferta de uma resposta que supostamente se desejou transformar em prol do aumento da qualidade de vida das populações.

Tal desejo não se tem vindo a concretizar e não se pode aceitar que os problemas gerados se perpetuem, ou seja, não é admissível que a Charneca da Caparica não tenha até hoje uma Unidade de Saúde Familiar e se mantenha apenas com uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, ou seja, com a resposta mais básica que o novo modelo de gestão concebeu.

Quer pelo tipo heterógeno de população, quer pela dimensão territorial e populacional desta freguesia, não se compreende que até ao momento não exista um investimento direcionado



para colmatar a grave situação que ocorre nesta freguesia do ponto de vista do acesso a cuidados de saúde primários.

Têm sido várias as iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil a demonstrar o grave erro ali cometido e os graves danos que tal situação acarreta, quer para a população, quer para o próprio sistema de saúde que acaba por outras vias, não desejáveis, ter que dar uma resposta alternativa e deficitária, o caso das idas injustificadas às urgências nos hospitais centrais.

Tem também sido público o reconhecimento por parte das entidades oficiais, nomeadamente por parte dos dirigentes que tutelam estas matérias de que há necessidade de intervir no sentido da criação de uma Unidade de Saúde Familiar acautelando mais médicos de família e acautelando um direito consagrado: o acesso à saúde. Direito esse que tem vindo a ser minimizado em virtude das ofertas terem sido desvirtuadas. Não é por acaso que os problemas de atendimento nas urgências dos hospitais têm vindo a piorar. Esta situação decorre precisamente porque ao nível da proximidade, as ofertas criadas não têm sido capazes de responder às necessidades para as quais foram pensadas, quer porque há falta de médicos naquelas unidades, quer porque os horários de atendimentos foram encurtados, quer porque nalgumas unidades o sistema de atendimento em caso de urgência na verdade não o é, porque não é permanente.

Face a este problema estrutural, têm sido operados alguns remendos, nomeadamente a disponibilização de médicos com o 4º ano na UIN da Charneca, entre outras pequenas intervenções casuísticas e temporárias que apenas resolvem questões pontuais deixando a descoberto a cabal resposta que o sistema nacional de saúde tem que acautelar: um médico de família para cada cidadão, medida, aliás, que para além de um direito, acaba por a médio e longo prazo diminuir os custos e as despesas com saúde em termos globais. Está comprovado que o não acompanhamento regular em termos médicos acarreta maiores custos de saúde porque assenta numa política de saúde pelo tratamento da doença em vez de ser uma política de saúde pela prevenção da doença.

Face a estes considerandos, o grupo parlamentar do PS propõe que em Assembleia Municipal, realizada a 25 de Junho na freguesia da Sobreda, se delibere o seguinte:

- reiterar a necessidade urgente da criação de uma Unidade de Saúde Familiar de forma a minimizar os custos sociais e financeiros inerentes à falta de acesso aos cuidados de saúde primários por parte de uma percentagem muito elevada da população da Freguesia da Charneca de Caparica, sendo que para isso deverá ser rapidamente agilizado o processo de candidatura da atual USCP a USF;
- exigir, junto da ACES Almada/Seixal que a curto prazo, pelo menos, o atendimento telefónico no seio da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Charneca de



Caparica seja repostos por forma a minimizar algumas das necessidades daquela população que podem ser atendidas por essa singela via.”

**7.3.3 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Requalificar o espaço público na União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreira”

A União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreira tem uma área de 29 km<sup>2</sup> e 45 000 habitantes (2011) a que corresponde uma densidade populacional de 1 533 hab/km<sup>2</sup>, contra os 2485 hab/km<sup>2</sup> verificados no concelho de Almada.

Trata-se de uma zona que concentra 25 % da população em 40% da área do concelho Almada, ou seja tem uma forte implantação de habitações unifamiliares, AUGI's coexistindo com zonas de construção em altura.

É pois um território diverso, atravessado por extensas vias de comunicação, necessárias numa zona mal servida pela rede de transportes e com deficiências ao nível das infraestruturas existentes.

Subsistem ainda um conjunto de problemas por resolver que merecem um olhar mais atento por parte do executivo municipal e que têm vindo a ser objeto de protesto e de reivindicações de melhorias por parte da população residente na união de freguesias.

Salienta-se alguns dos problemas que mais preocupam a população da charneca da Caparica e Sobreira:

Rede Viária em muito mau estado de conservação, ruas por asfaltar e por reparar, como meramente a título de exemplo a Rua José Bento Gonçalves em Vale Fetal, um conjunto significativo de estradas na zona das quintinhas ou na quinta do Guarda Mor.

Em muitos casos, não se trata só de ruas por asfaltar, são vias em que os passeios e bermas muitas vezes não existem ou quando existem estão em muito mau estado de conservação e que não são objeto de manutenção há já muito tempo.

Criação de facilitadores de trânsito como rotundas e semáforos com carácter de urgência, sendo duas rotundas mais urgentes, uma na zona das Quintinhas, onde existem 4 acessos de entradas e saídas de veículos e a outra e na Estrada que dá acesso ao Intermarche.

Deverão ser colocadas passadeiras para peões com tacos luminosos e em locais com maior fluxo rodoviário e pedonal, bem como avaliada a colocação de lombas em zonas de tráfego mais intenso de forma a diminuir a ocorrência de sinistros como, por exemplo, no cruzamento da R. Frederico de Freitas com a R. Hugo Casães.

Melhoria dos parques urbanos e infantis existentes, com uma manutenção mais constante e construção de novos equipamentos de apoio à população



Melhoria dos serviços da limpeza urbana, varredura, cortes de ervas, recolha lixo doméstico e monos que constituí um constante fonte de reclamações por parte da população destas freguesias.

Assim a assembleia municipal de Almada reunida a 25 e junho na Sobreda, delibera recomendar à CMA uma intervenção concertada que vise a requalificação o espaço público, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida de quem reside ou usufrui desses espaços.”

**7.3.4 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Recuperação dos bairros sociais do IHRU”

Comunicação Social transcreve declarações do Presidente do IHRU que assumiu que este organismo do Estado “foi dos piores senhorios do País por não ter zelado nem por aquilo que era o interesse público em geral, nem pelo património que lhe estava confiado, e muito menos por questões de justiça social”.

Estas declarações, feitas numa audição na Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, sobre a degradação do parque habitacional do IHRU, confirmam as denúncias feitas pelos moradores destes Bairros Sociais no concelho de Almada, especialmente nos Bairros Rosa e Amarelo, abordadas e apreciadas em várias sessões da Assembleia Municipal de Almada.

Foram muitas as tomadas de posição alertando para a necessidade de obras nos edifícios e sobretudo nos interiores das casas que quase se tornavam inabitáveis, reclamando do governo que os gastos feitos pelos moradores, que assumiram os custos com as reparações e obras necessárias, sem qualquer apoio, fossem considerados para efeitos do cálculo das rendas quando dos aumentos brutais das rendas impostos a partir de 2010.

Na mesma notícia o Presidente do IHRU adianta que “ o investimento estimado até ao final de 2017 será de 55,8 milhões de euros”, pelo que é importante saber qual a verba a destacar para os Bairros Sociais da sua responsabilidade no concelho de Almada.

Assim a Assembleia Municipal de Almada Reunida em Sessão Ordinária no Dia 25 de Junho delibera:

Solicitar ao IHRU informações se os Bairros Sociais situados na Caparica, Pragal e Sobreda, estão incluídos nos trabalhos de recuperação a desenvolver e quais as verbas destinadas para o efeito.”

**7.3.5 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Requalificação da Estrada Florestal da Foz do Rego, Costa da Caparica”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A Costa da Caparica é justamente considerada uma das melhores áreas balneares de todo o País e de todo o planeta, tendo sido recentemente classificada como a sexta melhor área balnear urbana do mundo.

A qualidade oferecida por esta vasta orla marítima que se espraia por mais de 13 quilómetros contínuos de areal, é todos os anos usufruída por muitas centenas de milhares de turistas que, especialmente durante a época estival, procuram as areias limpas e as águas límpidas da Costa da Caparica para os seus momentos de descanso e retemperadores das energias desgastadas pelo quotidiano de todo o ano.

Esta área do território do nosso Concelho dispõe igualmente de excepcionais condições ambientais e geográficas, que suscitam o interesse e a procura de muitos milhares de amantes da natureza e desportistas, em particular daqueles que dedicam ao mar e às ondas a sua paixão mais intensa.

Dizem-nos os números que aqueles que demandam esta área de excelência da nossa costa atlântica atingem, todos os anos, oito milhões de visitas.

Para aqueles que vivem na Costa da Caparica o ano inteiro, e aqui encontram os meios e os recursos para o seu próprio sustento e o das suas famílias, esta qualidade do ambiente natural oferecida pela Costa da Caparica tem que ser encarada, por todos nós, enquanto fator distintivo que tem que ser colocado ao serviço do desenvolvimento consistente e sustentado, mais-valia de grande significado e importância para a vida quotidiana de muitas centenas de famílias.

Este quadro geral de grande qualidade natural não é acompanhado, no entanto, pelas infraestruturas de apoio a todos quantos procuram a Costa da Caparica para lazer, e a todos quantos residem, trabalham e vivem todos os dias nesta Freguesia.

Subsistem, de facto, lacunas importantes a este nível, que urge eliminar. Uma das dificuldades mais prementes que hoje se coloca neste domínio, prende-se com a circulação e estacionamento automóvel, em particular nos acessos às praias do sul da Costa da Caparica. Falamos de um acesso que hoje é assegurado exclusivamente por uma Estrada Florestal, que não dispõe do perfil nem das condições exigíveis à função de distribuição das centenas de milhares de cidadãos que procuram aquelas praias todos os anos.

Às dificuldades de circulação e estacionamento, que são patentes para todos nós que conhecemos bem a Costa da Caparica, temos que acrescentar questões de segurança da maior importância, uma segurança que a atual realidade hipoteca de forma muito evidente e que tem, por isso, que encontrar também uma resposta positiva.

Um dado apenas deixamos à reflexão de todos: dezenas de milhares de crianças das nossas escolas, filhos, netos ou familiares nossos ou de amigos e conhecidos, frequentam as praias da Costa da Caparica, para aí se deslocando em autocarros pesados e de manobrabilidade difícil. Em situação de acidente grave ou catástrofe natural, a evacuação dessas dezenas de



milhares de crianças pode ser fortemente condicionada, e a sua segurança seriamente posta em causa, pelas condições totalmente desadequadas hoje oferecidas pela Estrada Florestal. Procurando contrariar este quadro negativo, que destoa de forma gritante da qualidade natural desta área do nosso Concelho, a Câmara Municipal de Almada desenvolveu e concluiu recentemente um projeto de requalificação profunda de um troço de cerca de cinco quilómetros da atual Estrada Florestal.

Neste projeto prevê-se o reordenamento da circulação e do estacionamento automóvel naquela frente de praias, de modo a criar as necessárias condições para uma maior capacidade de escoamento e fluidez de circulação do tráfego, prevenindo os estrangulamentos que atualmente caracterizam aquela via de circulação e aumentando, por essa via, a segurança de todos naquele percurso.

Este projeto foi já formalmente apreciado, em Maio passado, no quadro da Sociedade Costa Polis em processo de liquidação, tendo o representante do acionista Estado, maioritário naquela sociedade, adiado uma decisão sobre a intervenção e o investimento proposto pela Câmara Municipal, o qual a concretizar-se ronda os 900 mil euros.

Importância relevante no que aos acessos à Costa da Caparica diz respeito, principalmente na sua ligação à freguesia da Charneca de Caparica, assume igualmente a conhecida Estrada da Foz do Rego, utilizada por muito milhares daqueles que se deslocam para as praias no litoral. Esta ligação esteve largos meses interrompida a toda a circulação automóvel, consequência dos deslizamentos de terras ocorridos no local em consequência das fortes chuvadas registadas no inverno passado, que criaram uma situação de insegurança insustentável e impuseram a necessidade do seu encerramento total à circulação.

Uma intervenção da Câmara Municipal de Almada permitiu, muito recentemente, reabrir à circulação de veículos ligeiros, durante o período estival e em regime provisório, aquele acesso de ligação entre a Costa da Caparica e a Charneca de Caparica, importando agora assegurar a concretização da intervenção de fundo que permita estabilizar em definitivo a área e a reabertura à normal circulação de todos os veículos.

Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 e 26 de Junho de 2015, delibera:

1. Manifestar a sua profunda preocupação pelas condições de circulação automóvel profundamente deficientes e desadequadas atualmente oferecidas pela Estrada Florestal na Costa da Caparica, responsáveis por grandes dificuldades que muitos milhares de utentes sentem quotidianamente no acesso às praias do sul da Costa da Caparica, e suscetíveis de criar sérios problemas de segurança a todos os cidadãos.
2. Reiterar a absoluta necessidade de serem concretizadas as medidas entendidas como adequadas para prevenir, minorar e eliminar os principais fatores de constrangimento na circulação de pessoas e bens naquela área do Concelho de Almada.



3. Saudar, nesse quadro e vivamente, a iniciativa da Câmara Municipal de Almada, ao promover a elaboração do projeto para requalificação da Estrada Florestal ao longo de mais de cinco quilómetros do seu traçado, trabalho já entregue ao Governo, e que representa um forte e positivo contributo municipal para que sejam introduzidas as medidas de correção indispensáveis à melhoria das condições de circulação, de segurança e de qualidade de vida de muitos milhares de cidadãos.
4. Declarar o mais vivo interesse e empenho institucional no sentido de colaborar, no âmbito das suas competências e responsabilidades próprias, para criar e potenciar as necessárias sinergias e condições para que aquela importante intervenção possa ser concretizada e concluída até ao início da época balnear de 2016.
5. Saudar igualmente a Câmara Municipal de Almada pela intervenção de emergência realizada na Estrada da Foz do Rego, a qual, ainda que provisória e limitada a veículos ligeiros, permitirá o funcionamento daquela importante ligação rodoviária entre a Costa da Caparica e a Charneca de Caparica.
6. Apelar vivamente ao Governo da República que atenda de forma positiva a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Almada relativamente à Estrada Florestal, possibilitando a conclusão até Junho de 2016 daquele importante e estruturante investimento, bem como no sentido de desencadear os procedimentos adequados para a realização da intervenção de fundo na Estrada da Foz do Rego, de modo a garantir a reposição integral das condições de segurança de circulação no local.”

**7.3.6 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.3.6.1 - Moção/Deliberação “Contra a privatização da TAP pela defesa dos interesses do País”**

A decisão do governo em privatizar a TAP, a nossa companhia aérea, extensão do território nacional na relação e ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro, fundamental para garantir a unidade territorial e mobilidade dos residentes nas regiões autónomas, âncora para o setor do turismo, empresa prestigiada e prestigiante do País, é inadmissível e uma afronta à soberania de Portugal, que tem de ser travada.

A TAP é o maior exportador nacional, assegura mais de 7 mil postos de trabalho diretos, mais de 12 mil no Grupo e mais 10 mil indiretos, com uma capacidade de investigação, manutenção e desenvolvimento técnico no setor da aviação civil, que faz dela uma referência a nível mundial.

O processo de privatização da TAP, a pressa em consumá-lo, sem dar a conhecer todo o processo e as suas garantias, indiciam que tudo está a ser feito de forma a tentar impedir que os trabalhadores da TAP e os portugueses conheçam os contornos do negócio, ou seja, o favorecimento mais uma vez, para grupos económicos estrangeiros concorrentes, servindo-se, agora, de um testa de ferro português, contra os interesses do País.



Alarga-se o apoio à luta dos trabalhadores da TAP contra a sua destruição. São cada vez mais os portugueses que querem a manutenção da TAP na esfera pública.

Mesmo com a assinatura firmada o processo poderá ser revertido, e a derrota desta política de desastre nacional nas próximas eleições é fundamental e decisiva para travar a privatização da TAP.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de junho delibera:

- a) A suspensão imediata da privatização da TAP;
- b) Apelar ao reforço da intervenção cívica para impedir mais este crime contra os interesses, público e económico, do país;
- c) Manifestar a sua solidariedade e apoio aos trabalhadores da TAP nas lutas que considerem necessárias travar contra a privatização da TAP.”

#### **7.3.6.2 - Moção/deliberação “Pela melhoria do acesso das populações aos Cuidados de Saúde Primários”**

A falta de resposta adequada e atempada aos Cuidados de Saúde Primários, considerada a primeira porta de entrada no sistema de saúde, dificulta e até impede o acesso de milhares de utentes aos cuidados de saúde, também no concelho de Almada.

Cabe ao Estado, conforme a Constituição da República Portuguesa “ garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.

Ignorando esta norma Constitucional as políticas dos governos, os cortes e subfinanciamento do SNS, o afrontamento aos direitos dos profissionais de saúde têm conduzido à saída de muitos médicos especialistas, também de medicina geral e familiar e sem que se proceda à contratação dos recursos humanos, médicos e enfermeiros, necessários para responderem às necessidades das populações.

Esta realidade tem servido para justificar o encerramento de serviços de proximidade, como por exemplo o Centro de Saúde na Trafaria, os serviços de atendimento complementar, ou ainda, o fecho às 20h00 dos Centros e Unidades de Saúde, restringindo a acessibilidade dos cidadãos.

O encerramento do Centro de Saúde na Trafaria anunciado por motivo de necessidade de obras foi um embuste. A verdadeira intenção foi encerrar o Centro de Saúde e transferir para a Costa de Caparica as consultas de medicina geral e familiar impondo às populações da freguesia, dispersas por muitas localidades, sem uma rede de transportes públicos frequentes e caros, dificuldades acrescidas no acesso aos cuidados de saúde.

Acresce que no contexto de crescentes dificuldades económicas sentidas e vividas pelas generalidade das famílias adicionar custos com as deslocações para a Costa de Caparica é, objetivamente, restringir o acesso à saúde.



Em dezembro de 2014 o governo, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, excluiu o ACES de Almada e Seixal na abertura do concurso para o preenchimento de vagas existentes neste Agrupamento.

O Município de Almada, nomeadamente a Assembleia Municipal, protestou, aprovou uma moção reivindicando mais médicos de família para as necessidades do concelho e só agora, e talvez lá para setembro, poderão chegar 7 médicos, que a concretizar-se será insuficiente para cumprir a promessa eleitoral dos partidos que integram o governo de atribuir médico de família a todos os utentes durante a legislatura.

Por isso, milhares de utentes sem médico de família, com todas as consequências conhecidas, têm de recorrer ao serviço de urgência do Hospital Garcia de Horta.

Afinal, quando a propaganda do governo já em curso anuncia a abertura de mais USF e a recuperação de Centros de Saúde já existentes, a ação do governo para a Trafaria é transferir as consultas de medicina geral e familiar, retirando às populações abrangidas dois fatores determinantes no acesso aos cuidados de saúde, como são a proximidade e acessibilidade.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária no dia 25 de junho 2015 delibera:

- a) Reivindicar ao governo a contratação de mais médicos e enfermeiros de família;
- b) Reiterar junto do governo a sua discordância pela transferência das consultas de medicina geral e familiar da Trafaria para a Costa de Caparica;
- c) Reclamar do governo a urgência da reabertura do Centro de Saúde da Trafaria com todas as valências para as quais foi construído;
- d) Manifestar às populações da Trafaria toda a solidariedade nas ações que venham a desenvolver em defesa da reabertura do seu Centro de Saúde.”

**7.3.7 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.3.7.1 - Moção/Deliberação “Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo”**

No passado sábado, dia 20 de Junho, teve lugar, em Lisboa, a 16ª Marcha do Orgulho lésbico, gay, bissexual e transexual (LGBT). O mote da Marcha deste ano foi: “Contra a violência, quebra o silêncio!”.

Há cada vez mais registos de crimes de ódio cometidos contra pessoas LGBT. Embora haja cada vez mais denúncias, há também ainda demasiados silêncios.

O bullying homofóbico, lesbofóbico, bifóbico e transfóbico continua a ser uma realidade nas ruas, nas casas que deviam ser lares, nas escolas, nos locais de trabalho - e muitas vezes também é silenciado. Por isso é cada vez mais fundamental a educação sexual, a educação



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

para a cidadania e a formação, muito para além das escolas, para denunciar e combater todas as formas de bullying.

A desinformação, o silêncio e a violência passam também o direito à saúde. As pessoas trans continuam a não ter acesso a cuidados de saúde competentes e que respeitem a sua autonomia e identidade. Face à ausência de resposta atual no Serviço Nacional de Saúde (SNS) exige-se do Estado, com urgência, soluções alternativas, gratuitas e de qualidade para todas as pessoas trans que aguardam cirurgias. A doação de sangue continua a ser impedida em muitos casos para homens que têm sexo com homens, com critérios estigmatizantes, discriminatórios e errados. Como consequência da discriminação, as pessoas LGBTI evitam muitas vezes recorrer a profissionais de saúde, perdendo, em silêncio, o acesso a um direito que tem que ser universal.

Os silêncios ainda são a regra no trabalho, reforçados pelo medo acrescido que a austeridade veio impor. Viver em silêncio também é uma violência quotidiana para muitas pessoas LGBT. É imperativo quebrar todos estes silêncios e garantir que todas as pessoas têm o direito de afirmar a sua identidade sem hesitações.

Também por isso, não é aceitável o silenciamento da autonomia das pessoas trans, sendo fundamental a despatologização das identidades trans para garantir o direito de todas as pessoas a viverem livremente a sua identidade.

Por sua vez, o silêncio sobre as pessoas intersexo tem também que acabar. Porque a vontade de silenciar pessoas intersexo significa ainda violentas mutilações à nascença, que são violações gritantes de Direitos Humanos.

E é inaceitável o silenciamento das famílias, que são diversas e múltiplas. No que concerne à parentalidade, é essencial denunciar e condenar a violência simbólica de leis que dizem às pessoas que não podem ser o que já são: mães ou pais. É inaceitável também a existência de uma lei da procriação medicamente assistida que exclui o acesso a mulheres solteiras e casais de mulheres e que é uma violência sobre a autonomia das mesmas.

É fundamental que, em conjunto, todas e todos trabalhemos para garantir condições para quebrar o silêncio, para denunciar e combater todas as violências.

Almada, sendo uma cidade diversa e respeitadora da diferença, deverá não só acolher iniciativas públicas que deem visibilidade às causas LGBTI, mas também contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação, violência e silenciamento das pessoas LGBTI.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Junho de 2015, delibera:

1. Saudar a realização da 16ª Marcha do Orgulho de Lisboa, todas as organizações nela envolvidas bem como todas as pessoas que nela participaram;



2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada a implementação de uma agenda de igualdade com carácter transversal, onde a temática LGBTI tem igual peso que as restantes;
3. Assumir uma posição clara e inequívoca contra o silenciamento das pessoas LGBTI, denunciando e combatendo todas as violências.
4. Apelar a todos os intervenientes com responsabilidade política que garantam condições para:
  - a) acabar com a discriminação de casais do mesmo sexo nos processos de adoção;
  - b) garantir o acesso de todas as mulheres à procriação medicamente assistida;
  - c) que seja implementada a Deliberação da Assembleia da República que proíbe a discriminação de homens que fazem sexo com homens das dádivas de sangue;
  - d) que as identidades trans sejam despatologizadas bem como sejam erradicadas as cirurgias de reatribuição de sexo à nascença;
  - e) assegurar o real acesso a cuidados de saúde, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.”

**7.3.7.2 - Moção/Deliberação “Pelo cumprimento da legislação laboral e não recurso abusivo a voluntariado nas iniciativas com apoio da Câmara Municipal de Almada”**

Durante o ano de 2015, Lisboa é a Capital Europeia do Voluntariado.

Considerando que:

1. O estatuto de Capital Europeia do Voluntariado pretende promover o voluntariado a nível das políticas locais, dando ênfase às cidades que melhor desenvolvem e acolhem estratégias de participação e envolvimento de parceiros e organizações de voluntários nas suas estratégias de intervenção.
2. Entre os critérios de análise tidos em conta para a seleção estão os níveis de aplicação, por cada cidade concorrente, das políticas incluídas na Agenda Política Europeia para o Voluntariado (PAVE -- Policy Agenda for Volunteering in Europe apresentado em 2011.

A Agenda Política Europeia para o Voluntariado:

1. É um documento europeu que apresenta as recomendações para a criação de um enquadramento político mais eficiente e eficaz na Europa, visando o apoio e a promoção dos voluntários, do voluntariado e das organizações de voluntariado e dos seus parceiros.
2. Define Voluntariado como todas as formas de atividade de voluntariado em qualquer local, quer sejam formais ou informais, a tempo inteiro ou a tempo parcial, ocorrendo regularmente ou esporadicamente.
3. Define Voluntários como pessoas de diversos grupos de todas as raças ou etnias, géneros, idades, incapacidades e religiões, que desempenham uma ampla gama de tarefas, em condições que satisfaçam os seguintes princípios:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- trabalho realizado pela pessoa, por sua própria vontade, escolha e motivação, sem procurar obter lucros financeiros isto é, o lucro financeiro não é um objetivo nem uma forma de reconhecer a contribuição ou a realização.
- é uma jornada de solidariedade e uma forma de fazer face às necessidades e preocupações humanas, sociais ou ambientais.
- o trabalho é, muitas vezes, realizado com o apoio de uma organização sem fins lucrativos ou com base em iniciativas comunitárias.

Tendo em conta que a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabelece as Bases do enquadramento jurídico do voluntariado:

- define como voluntariado o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.
- define como voluntário o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.
- define como organizações promotoras as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários
- estabelece como princípios enquadramentos do voluntariado os princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.
- atendendo a que o princípio da complementaridade pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das atividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas.

Verifica-se que:

- Têm vindo a ser desenvolvidas iniciativas no concelho de Almada que utilizam voluntariado, como por exemplo, os festivais *O Sol da Caparica* (222 voluntários, em 2014; 280 anunciados para 2015) e *Caparica Primavera Surf Fest* (30 voluntários, em 2015).
- Ora, de acordo com o acima disposto, o voluntariado não pode servir para “substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das atividades das organizações promotoras” (Lei n.º 71/98). De igual modo, o voluntariado deverá ser “uma jornada de solidariedade e uma forma de fazer face às necessidades e preocupações humanas, sociais ou ambientais” (Agenda Política Europeia para o Voluntariado).

Perante o exposto, é lícito questionar se o conceito de voluntariado não está a ser alvo de deturpação, passando a servir como expediente para acesso a mão-de-obra gratuita, o que contraria frontalmente os princípios do voluntariado.



Se uma organização ou evento acontece, tendo como mão-de-obra essencial o recurso a voluntariado, então estamos, muito provavelmente, perante uma utilização errada do conceito de voluntariado.

O exemplo do festival *O Sol da Caparica* ilustra bem esta situação abusiva. Na edição de 2014, foram recrutadas 222 pessoas para voluntariado às quais foi dada formação específica. Para 2015 estão previstos, de acordo com o Edital 95/2015, de 19 de Março, da Câmara Municipal de Almada, 280 voluntários e voluntárias.

Estas centenas de pessoas assumem, de acordo com o mesmo Edital, a responsabilidade de tarefas de «produção, gestão e atendimento ao público, animação e outros». Estes e estas voluntárias são indispensáveis, pelo trabalho e responsabilidades que assumem, e sem estas centenas de pessoas o evento não seria realizável.

Eliminar esta possibilidade de trabalho não pago e reconhecer a dignidade merecida por estas centenas de pessoas deveria ser uma prioridade para a Câmara Municipal de Almada a refletir em protocolo com a entidade responsável pela Produção deste evento.

Assim, ao trabalho realizado deve corresponder uma remuneração e direitos laborais. Se o trabalho ocorre por curtos períodos de tempo, há enquadramento legal no Código do Trabalho que permite assegurar essa contratação.

Tal como não é digno nem lícito alguém trabalhar a troco de um prato de sopa, também não pode ser aceitável alguém trabalhar a troco de um concerto ou de acesso a um evento.

A Câmara Municipal de Almada, e as autarquias em geral, assumem aqui uma responsabilidade acrescida: em 2015, Lisboa é a Capital Europeia do Voluntariado. Há que não confundir voluntariado com trabalho não pago. Há que não caucionar eventos que recorrem a trabalho gratuito. Há que assegurar que os princípios do voluntariado são cumpridos e não deturpados, sob a égide da Câmara Municipal de Almada quando apoia e/ou promove estas ou outras iniciativas. O voluntariado é uma atividade de solidariedade demasiadamente importante e digna para ser transformada em trabalho não pago.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Junho de 2015, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Almada o desenvolvimento de estratégias que permitam assegurar que as iniciativas que decorrem no concelho e que contam com o apoio da autarquia cumprem a legislação laboral vigente e que não recorrem a trabalho voluntário abusivo;
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, nos eventos com fins lucrativos que apoia ou promove, articule com os restantes promotores a realização de trabalho remunerado para as atividades de índole comercial e de execução de tarefas relacionadas com o fim lucrativo.”

#### **7.3.7.3 - Moção Deliberação “Incentivo à Arte Urbana e à Expressão Artística no Concelho”**



A arte urbana é uma expressão artística que se desenvolve por intervenções no espaço público. Tem cada vez mais adeptos e artistas, mas continua a carregar aos ombros inúmeros preconceitos e a enfrentar inúmeras dificuldades para o seu pleno desenvolvimento.

Reconhece-se que o Município de Almada tem tido diversas iniciativas no sentido da dignificação destas atividades, promovendo e incentivando a arte urbana e a expressão artística no concelho.

É, no entanto, possível fazer mais. A Câmara Municipal de Almada, em conjunto com as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesias, devem identificar e disponibilizar locais onde se possam fazer estas intervenções em espaço público, promovendo o desenvolvimento dos artistas concelhios e, ao mesmo tempo, a regeneração e transformação do espaço público.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Junho de 2015, recomenda:

- 1) Que a Câmara Municipal, em conjunto com as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesias, identifiquem locais como muros e fachadas e que disponibilizem estes mesmos espaços a artistas urbanos que ali queiram fazer uma intervenção.”

#### **7.3.7.4 - Moção/Deliberação “Os cortes na saúde afetam a qualidade dos cuidados prestados”**

A falta de medicamentos e de outros materiais de uso clínico, as longas horas de espera nas urgências hospitalares, as dificuldades em ter uma consulta a tempo e horas (não pode deixar de ser realçada, entre outras situações, o que se tem passado nos últimos dias com as longas filas para obtenção das colonoscopias), equipas desfalcadas por falta de médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes operacionais, a falta de recursos para reparar ou renovar equipamentos ou instalações, tudo isto passou a ser o dia-a-dia na maioria dos centros de saúde e hospitais do SNS.

O governo tudo pretende explicar com a falta de profissionais. Sucede que essa falta é resultado exatamente da política do governo, é uma opção e não uma fatalidade para a qual não há solução.

Os cortes nos sucessivos orçamentos do SNS levaram ao corte no pessoal prejudicando drasticamente o funcionamento dos serviços.

Faltam milhares de enfermeiros no SNS e não faltam enfermeiros no desemprego para serem contratados mas que são empurrados para a emigração nos últimos anos; 10 775 enfermeiros pediram à Ordem a documentação necessária para trabalhar no estrangeiro.

Faltam médicos porque o governo cruzou os braços e promoveu a sua reforma antecipada. Um estudo recente revela que 65% dos novos médicos ponderam a emigração como sua opção de futuro.

O estudo “O Sistema de Saúde Português no tempo da Troika: A Experiência dos Médicos”, realizado pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, divulgado no passado dia 8 de Junho em que foram inquiridos mais de 3 000 médicos, dos quais 80% consideraram que as reformas do setor público afetaram a qualidade dos cuidados prestados e cerca de 85% que



o Serviço Nacional de Saúde não pode acomodar mais cortes no financiamento sem comprometer a qualidade dos cuidados”.

Metade dos médicos do SNS inquiridos, afirmou que há faltas recorrentes de material nas instituições e apontam que há aumento do abandono de tratamentos por motivos económicos.

60% dos médicos dos centros de saúde dizem que há faltas recorrentes de material, no setor hospitalar a percentagem é de 44%.

60% dos médicos do SNS inquiridos referem que aumentou o abandono de terapêuticas por parte dos doentes por motivos económicos.

80% dos médicos indicam que os doentes pedem cada vez mais receitas com medicamentos mais baratos.

O abandono de tratamentos por parte dos doentes por motivos económicos é assinalado por 70% dos médicos na psiquiatria e pneumologia, 60% na medicina geral e familiar e 50% na oncologia.

O estudo refere também que 80% dos internos e 50% dos médicos especialistas com atividades de formação, consideram que a qualidade formativa do internato médico diminuiu desde 2011.

O coordenador do estudo, Tiago Correia, realçou à imprensa que “se quisermos pensar na qualidade dos serviços de saúde - não só no sistema público mas também nos privados - temos que pensar que sistema estamos a criar para daqui a 20 anos. Essa dinâmica é muito invisível e vamos estar a pagar essa fatura mais tarde e a resolução do problema vai demorar muito mais anos do que comprar um pacote de luvas ou seringas”.

O Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) - parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa (ENSP), o Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra (CEISUC), Universidade de Évora e a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, no seu Relatório de Primavera 2015, analisou a saúde das portuguesas e dos portugueses após a intervenção da Troika e concluiu que faltam enfermeiros, os médicos estão mal distribuídos e que o valor das taxas afasta os doentes do SNS, o rácio enfermeiro/médico é dos mais desequilibrados dos países da OCDE, o número de consultas médicas “per capita” e por ano é muito inferior à média da OCDE, as despesas de saúde têm vindo a aumentar, houve uma diminuição de consultas nos Cuidados de Saúde Primários assim como se verificou o enfraquecimento da rede dos transportes não urgentes de doentes. No que se refere ao acesso a camas nos hospitais, assistiu-se a uma contínua redução de camas nos hospitais do SNS e ao mesmo tempo a um aumento de camas nos hospitais privados, no contexto de um país em que o rácio de camas por habitante é dos menores da União Europeia. No acesso à inovação terapêutica o OPSS refere que Portugal ocupa os últimos lugares, seja ao nível dos ensaios clínicos, como através de medicamentos de primeira linha, compartilhados.



Os estudos, agora tornados públicos, não deixam qualquer dúvida de que toda a propaganda do Ministro de Saúde e do governo cai por terra face à realidade que a maioria das portuguesas e dos portugueses têm enfrentado.

Persistem e agravam-se enormes deficiências e debilidades no SNS, as quais não se coadunam com os mais elementares direitos à saúde.

Os utentes de saúde do Concelho de Almada têm sofrido de forma especial os resultados da política levada a efeito pelo governo do PSD/CDS.

A dificuldade na obtenção de consultas conduz, inevitavelmente, ao recurso ao Hospital Garcia de Orta onde se verificam tempos de espera muito dilatados, obrigando os utentes a aguardarem várias horas para serem observados como resultado da falta de profissionais de saúde que possam responder às solicitações.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, em 25 de Junho de 2015, delibera:

1. Reafirmar as tomadas de posição anteriormente assumidas em defesa do SNS e da exigência da colocação de médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes operacionais no Hospital Garcia de Orta e nas Unidades de Cuidados de Saúde do Concelho de Almada;
2. Reiterar a necessidade da construção no Feijó, em terreno cedido há anos pela Câmara Municipal de Almada, de uma Unidade de Cuidados de Saúde Primários, por forma a colmatar as necessidades sentidas pelos utentes.
3. Exigir que sejam tomadas medidas para que os utentes de saúde da Trafaria possam ter direito aos cuidados indispensáveis sem serem obrigados a enfrentar as dificuldades com que estão confrontados atualmente.”

**7.3.8 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Recusa de subsídio à atividade da Companhia de Dança de Almada”

Em 17 de Dezembro de 2014, a Assembleia Municipal de Almada deliberou por unanimidade expressar à Companhia de Dança de Almada, um distinto projeto de intervenção cultural e social do nosso Concelho e do nosso País, o mais sincero voto de felicitações pelo trabalho desenvolvido ao longo dos 24 anos de existência da Companhia, ao serviço da promoção cultural, do saber, do conhecimento e da coesão social.

Esta decisão unânime fundou-se na justa apreciação de excelência feita por todos nós ao trabalho e ao contributo que a Companhia de Dança de Almada vem dando, ao longo de quase um quarto de século de intervenção intensa e determinada, à promoção da cultura, do saber, do conhecimento e do lazer, mas também à projeção do nome do nosso Concelho de Almada, aqui e além-fronteiras.

Foi então sublinhado na deliberação aprovada, que a Companhia de Dança de Almada é uma companhia profissional de Dança Contemporânea residente em Almada, à qual se associa



uma Escola de Formação de Dança. A par da sua atividade profissional principal de criação e produção de espetáculos de Dança Contemporânea, a Companhia desenvolve outros projetos em diferentes vertentes, destacando-se o apoio a projetos de outras entidades e grupos no domínio da dança contemporânea, a formação profissional, a programação cultural em geral, e o intercâmbio nacional e internacional.

Como foi igualmente sublinhado que no âmbito da sua atividade, a Companhia de Dança de Almada coloca à disposição dos Almadenses um conjunto de atividades dirigidas à comunidade em geral, destacando-se a formação de crianças, jovens e adultos, e a organização de ações de formação e sensibilização de públicos, como são exemplos os cursos livres destinados ao ensino da dança como complemento da sua formação artística ou atividade física e lúdica ou o curso vocacional destinado a alunos que optem por uma formação intensiva.

Este compromisso é plenamente assumido pelos princípios enunciados pela própria Companhia de Dança de Almada publicamente divulgados: *“Enquanto associação cultural, a Companhia de Dança de Almada preserva a responsabilidade de participar no desenvolvimento comunitário do concelho onde reside. Nesse sentido, intervém diretamente com os seus diversos grupos sociais, promovendo ações que visem a inclusão sociocultural, a reabilitação e o bem-estar físico das pessoas. Acredita contribuir desta forma para a manutenção de uma comunidade cada vez mais sustentada, em que a cultura e a saúde física e mental são bens e direitos fundamentais na vida do ser humano”*.

Afirmámos igualmente no texto aprovado em Dezembro do ano passado que a Companhia de Dança de Almada persiste em manter a sua vocação original e a sua linha de rumo fundadora, insistindo na intervenção cultural e social, não obstante os poderosos obstáculos que se vêm colocando, em particular nos últimos três anos, à atividade cultural em geral, e à dança em particular, acrescentando que por esse facto, a Companhia de Dança de Almada constitui um exemplo da capacidade de determinação e resistência a um modelo e a um entendimento sobre as questões da cultura, do saber e do conhecimento que, no plano das políticas nacionais, não são nem estão condizentes com as reais necessidades, aspirações e ambições das populações e dos cidadãos em matéria do bem-estar e usufruto culturais.

Em 2014, com o apoio do Poder Local Democrático e do Movimento Associativo Popular, jamais regateado, a Companhia de Dança de Almada passou a dispor de novas instalações de grande qualidade e adequadas à qualidade do seu trabalho, passando a disponibilizar os serviços que presta no renovado Cineteatro da Academia Almadense, em pleno coração do centro histórico da Cidade de Almada.

Em 24 anos, a Companhia de Dança de Almada participou em inúmeras digressões e festivais, tanto em Portugal como no estrangeiro. Desde 1990, a equipa da Companhia de Dança de Almada produziu e apresentou ao público oitenta e cinco criações próprias, numa



extraordinária capacidade criativa e atividade que os números, melhor que as palavras, expressam de forma eloquente.

Esta realidade não apenas é reconhecida por unanimidade por esta Assembleia Municipal, como é igualmente sublinhada pela crítica especializada: *“uma palavra sobre as iniciativas da Companhia de Dança de Almada. No deprimente deserto em que o assassinato dos Encontros Acarte, seguido do assassinato do Ballet Gulbenkian, nos deixou [...], quero realçar que as temporadas promovidas pela Companhia de Dança de Almada constituem, atualmente, o principal espaço, neste país cada vez mais estupidificado e decadente, de visualização, usufruto e "discussão" da dança contemporânea. A companhia, ao nível do seu próprio desempenho, demonstrou um surpreendente nível técnico e interpretativo. Por isso aqui fica a minha palavra de reconhecimento pelo que fazem e de incentivo de que não parem (e não deixem que @s parem)”*. São palavras de Álvaro Teixeira, escritas e publicadas a 13 outubro 2013.

Palavras finais premonitórias as que Álvaro Teixeira deixa registadas em Outubro de 2013? Não queremos acreditar. Mas a verdade é que o trabalho da Companhia de Dança de Almada, cuja qualidade é por todos nós reconhecida, vive atualmente sob a séria ameaça de concretização daquelas últimas palavras do crítico de arte: parece que alguém quer *“que @s parem”!*

Todos - pensamos que assim podemos falar - estaríamos plenamente convictos de que a qualidade e a dimensão cultural e social do trabalho desenvolvido pela Companhia de Dança de Almada, num momento em que vê inclusivamente reforçadas e melhoradas as condições físicas e materiais para prosseguir e aprofundar esse mesmo trabalho, seriam motivo suficiente para justificar a manutenção - senão mesmo o reforço! - do apoio por parte das entidades que detêm responsabilidades de promoção da cultura, do saber e do conhecimento no nosso País, muito em particular aquelas que têm como missão o apoio a esta área essencial da vida dos homens e das mulheres no País que somos.

A recente decisão da Direção-Geral das Artes, dependente da Secretaria de Estado da Cultura, de negar a manutenção em 2015 do subsídio nacional à Companhia de Dança de Almada que vinha sendo atribuído há longos anos, constitui um ato de extrema gravidade.

Esta decisão de recusa de financiamento do Estado à atividade da Companhia de Dança de Almada é absolutamente incompreensível, e coloca em causa de forma inaceitável a continuidade de um trabalho de enorme qualidade que possui, por mérito próprio, créditos firmados em Portugal e no estrangeiro.

Uma vez mais, foi o Poder Local Democrático, através de uma intervenção imediata da Câmara Municipal de Almada, que perante esta situação de emergência criada por uma decisão arbitrária do Governo permitiu criar as condições para que, no imediato, a atividade da Companhia de Dança de Almada não seja colocada em causa, ou mesmo interrompida,



em prejuízo das muitas dezenas de artistas, alunos e cidadãos em geral que tal situação representaria.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25, e 26 de Junho de 2015, delibera:

1. Reiterar integralmente o voto de saudação e reconhecimento expresso em Dezembro de 2014 à Companhia de Dança de Almada, através do qual a Assembleia Municipal de Almada expressou o seu mais sincero voto de felicitações pelo trabalho desenvolvido ao longo dos 24 anos de existência da Companhia ao serviço da promoção cultural, do saber, do conhecimento e da coesão social.
2. Lamentar profundamente a decisão da Direção-Geral das Artes e da Secretaria de Estado da Cultura traduzida na recusa de manutenção do apoio do Estado à atividade da Companhia de Dança de Almada, apelando a que a decisão possa ser reavaliada e reconsiderada tendo em conta a inequívoca qualidade do trabalho desenvolvido pela Companhia de Dança de Almada, e o extenso histórico de grande êxito que nos apresenta a todos.
3. Sublinhar e enaltecer a capacidade de resposta uma vez mais demonstrada pelo Poder Local Democrático, e em especial pela Câmara Municipal de Almada, ao decidir com a celeridade que a realidade impunha um apoio excecional à atividade da Companhia de Dança de Almada, permitindo assim, e no imediato, a continuidade da sua atividade.”

**7.3.9 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):**

**7.3.9.1 - Moção/Deliberação “Pela melhoria das condições de acesso e estacionamento rodoviários nas zonas balneares da Costa da Caparica”**

A prossecução de políticas públicas capazes de responder aos desafios dos territórios e dos tempos deve reconhecer as particularidades de circunstância própria do meio a que respeitam. No entanto, embora reconhecidas tais características individuais, compete aos organismos do Estado assegurar a justeza de tratamentos e a igualdade na condução da ação pública. Nestes sentidos, compete-nos realçar que a valorização dos territórios ocorre, em grande medida, por via do reconhecimento das suas características endógenas, as quais compete ao Estado complementar no sentido de adequar a promoção das suas potencialidades à garantia do bem-estar das populações locais. Ainda assim, e sendo estes fenómenos inerentes às atividades como as do turismo, é imperativo reconhecer a necessidade de bem-receber e de assegurar a dinamização da atividade económica.

Em particular, no concelho de Almada, deve relevar-se a relevância da Costa da Caparica e das suas potencialidades próprias, as quais não devem ser comprometidas pela ação política, sendo de salientar que, à data, as decisões tomadas a nível dos acessos rodoviários e do estacionamento ameaçam as condições de atratividade da freguesia.

Deste modo, atendendo:



1. Ao princípio da época balnear e à (re)abertura, na Costa da Caparica, de diversas atividades económicas sazonais;
2. Ao acréscimo de procura de carácter sazonal (e, por isso, circunscrito no tempo) que ora se regista;
3. À necessidade de atrair visitantes à economia da Costa da Caparica, já reconhecida por via da dinamização de um festival de Verão, por forma a que se possa maximizar o influxo de recursos monetários necessários à manutenção da qualidade de vida local nas restantes alturas do ano;
4. Ao fato de a fração maioritária dos influxos turísticos da região terem como destino as praias da Costa da Caparica, com impacte necessário nas atividades económicas locais;
5. A que existe, deste modo, a necessidade de se potenciarem as necessárias condições de atratividade do território;
6. A que não será, mormente, um festival que assegurará a dinamização económica da Costa da Caparica durante todo o Verão;
7. A que as condições de atratividade da Costa da Caparica são prejudicadas pelas condições de acesso rodoviário e de estacionamento;
8. A que, por ora, se verifica a fiscalização de estacionamento na Costa da Caparica, pela ECALMA, durante os fins-de-semana, incluindo Domingos até às 19h;
9. A que tais períodos de atuação da ECALMA na Costa da Caparica diferem dos verificados nas restantes freguesias do concelho de Almada;
10. A que não se verifica, por algumas vezes, a correta sinalização das zonas e horários de atuação da ECALMA, ao que se junta a confusão inerente à disparidade de tratamento entre as várias freguesias do concelho;
11. A que os fatores supra enunciados são passíveis de contribuir para a deterioração da atratividade do concelho de Almada e, em especial, da Costa da Caparica, no contexto das atividades balneares, com impacte necessário na economia da região.

Considera-se crucial reforçar o comprometimento da autarquia com as condições de acesso às zonas balneares da Costa da Caparica, bem como do enquadramento infraestrutural e regulamentar em que ocorre o estacionamento, garantindo a igualdade de circunstâncias em relação às restantes freguesias do concelho de Almada.

Deste modo, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 25 de junho de 2015, delibera:

- I. Reiterar a sua preocupação e particular cuidado com as condições de acesso à Costa da Caparica e às suas praias, bem como de estacionamento na freguesia;
- II. Recomendar ao Executivo Camarário que promova, a breve trecho, o estudo das necessidades de equipamento e infraestruturas em todas as praias da Costa da Caparica e terrenos circundantes, bem como do seu enquadramento legal, jurisdicional



e proprietário, por forma a garantir a melhor condição de acesso e estacionamento em todas as praias da Costa da Caparica;

III. Em particular, recomendar ao Executivo Camarário que garanta a igualdade de tratamento entre todas as freguesias do concelho de Almada pela entidade gestora do estacionamento, bem como a harmonização de horários de atuação e correta sinalização;

IV. Em particular, recomendar ao Executivo Camarário que tenha especial atenção às dificuldades sentidas pelos moradores da Costa da Caparica, reiterando a necessidade de se garantir a igualdade de tratamentos (e investimento) nas várias freguesias do concelho de Almada.”

#### **7.3.9.2 - Moção/Deliberação “Pela requalificação do traçado rodoviário do Município”**

A prossecução de políticas públicas capazes de responder aos desafios dos territórios deve reconhecer as particularidades de circunstância própria do meio a que respeitam, considerando os atrasos de desenvolvimento das diferentes regiões e a necessidade de harmonizar as garantias prestadas pelo Estado (também a nível local) nos diversos territórios. Com efeito, reconhecidas tais características individuais, compete aos organismos do Estado assegurar a justeza de tratamentos e a igualdade na condução da ação pública. Nestes sentidos, devemos reconhecer a necessidade de intervenção possibilitadora de melhorias contínuas, negando desenvolvimentos díspares em frações distintas do território do município.

Em particular, sendo pública e reivindicada a condição de especial degradação do traçado rodoviário em determinadas zonas do concelho, as quais merecem, naturalmente, referência própria - em particular, freguesias de Charneca de Caparica, Sobreda, Caparica e Trafaria - compete-nos salientar a necessidade de especial investimento nas localidades referentes a estas freguesias, assegurando que os padrões de qualidade respeitantes à circulação rodoviária e de pessoas são mantidos e promovidos, bem como se adequam ao verificado na generalidade do concelho, garantindo-se, assim, que não mais terão de ser os cidadãos a responsabilizar-se por tarefas que competem às autoridades locais, tais quais reparar estradas e passeios.

Deste modo, atendendo:

1. À condição de inegável degradação das condições de trânsito de veículos e peões nas freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, bem como de Caparica e Trafaria;
2. À inegável necessidade sentida e reivindicada pelas populações de reformulação dos traçados existentes e de melhoria das suas condições de circulação por pessoas e veículos;
3. À degradada condição de higiene e de circulação dos pisos destinados à circulação de pessoas, quando existentes;



4. À responsabilidade comprovada, por várias situações, atribuível às condições dos pisos no contexto de diversos eventos de sinistralidade automóvel (tais quais problemas ao nível das rodas dos veículos);
5. À necessidade de garantir a segurança das pessoas e do património, não só através de métodos que regulem o tráfego (tais quais a instalação de lombas ou a diminuição dos limites de velocidade máxima), bem como da garantia da qualidade e operacionalidade da sinalética existente ou em falta;
6. A que os fatores supra enunciados carecem de resposta imediata pelas autoridades para que se garanta, no mínimo prazo possível, o (re)estabelecimento das condições de segurança e higiene na via pública;
7. A que, atendendo à realidade e ao carácter marcadamente localizado dos problemas específicos no contexto da matéria em referência, se deverá promover o conhecimento efetivo do território e das suas condições, por forma a que se possam operacionalizar as adequadas medidas de melhoria das vias públicas;

Considera-se crucial reforçar o comprometimento da autarquia com as condições de circulação e o reconhecimento das dificuldades sentidas pelas populações, garantindo a igualdade de circunstâncias em relação às restantes freguesias do concelho de Almada.

Deste modo, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 25 de junho de 2015 delibera:

- I. Recomendar ao Executivo Camarário que tenha em atenção as dificuldades sentidas pelos moradores de todo o concelho de Almada, reiterando a necessidade de se garantir a igualdade de tratamentos (e investimento) nas várias freguesias do concelho;
- II. Assim, pugnar pela igualdade de tratamento entre todas as freguesias do concelho de Almada, em particular no que concerne às condições de circulação rodoviária e de mobilidade dos peões, bem como à segurança das populações e do edificado;
- III. Reiterar a sua preocupação e particular cuidado com as condições de circulação rodoviária e de mobilidade dos peões, bem como com a segurança de ambos e do edificado, nas freguesias de Charneca de Caparica, Sobreda, Caparica e Trafaria;
- IV. Recomendar ao Executivo Camarário que promova, a breve trecho, o estudo das necessidades infraestruturais das freguesias em referência, assegurando a abertura e dinamização de processos de Consulta Pública junto dos moradores, garantindo-se, assim, a devida auscultação à população numa matéria que, por natureza, e para que se encontrem soluções adequadas, carece de conhecimento marcadamente local;
- V. Deste modo, recomendar que, sendo este um exemplo necessariamente extensível às restantes localidades, se promova um programa de requalificação do traçado rodoviário, incluindo as condições dos pisos (onde se incluem medidas promotoras da redução da velocidade, quando necessárias), da circulação dos peões, e da sinalização, relativo à



região da Charneca de Caparica, podendo individualizar-se, a critério, zonas como as de Quintinhas, Vale Fetal, Aroeira, ou Marisol, tendo por base os referidos processos de Consulta Pública.”

**7.3.10 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Lopes (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Incentivo ao estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida”

O conceito de mobilidade sustentável deve estar cada vez mais presente nas políticas e estratégias municipais. Este pretende disponibilizar aos cidadãos melhores condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocações seguras, confortáveis, com tempos/custos acessíveis e se exerça com uma melhor eficiência energética e um menor impacto ambiental.

O estacionamento é um instrumento fundamental das políticas urbanas e de mobilidade que apresenta uma enorme complexidade devido às diferentes dinâmicas associadas à sua localização (em diferentes zonas urbanas) e aos atores envolvidos (residentes, visitantes, entre outros). Esta diversidade de situações implica a necessidade de uma boa implementação de políticas diferenciadas de estacionamento.

Neste sentido, há que contribuir para uma sociedade “sem barreiras”, alertando as forças vivas deste concelho que os cidadãos com necessidades especiais de locomoção e mobilidade condicionada também são cidadãos “de primeira” e dever-se-á ter em conta a sua qualidade de vida.

Assim, é fundamental implementar no município de Almada melhores políticas de mobilidade que visem aumentar o leque de opções de estacionamento para os cidadãos com mobilidade reduzida.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sua sessão de 25 de Junho de 2015 delibera:

- 1- Que estes cidadãos com necessidades especiais devem poder usufruir dos parques de estacionamento da Braga Parques com tarifário idêntico (minuto, hora e avença) ao que é praticado nos parques da ECALMA, sendo que a diferença será comparticipada pela CMA. Para usufruir deste benefício o cidadão deve dirigir-se antecipadamente à CMA para que lhe seja facultado um dístico, de forma a apresenta-lo no ato do pagamento.”

**7.3.11 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal António Salgueiro (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Serviço de Táxi - Melhoria das condições de exercício e de oferta”

O transporte público de táxis é um tipo de transporte com exigências peculiares tais como proximidade, rapidez, conforto, custo acessível, eficiência e afabilidade profissional.

A boa satisfação pelos clientes deste tipo de transporte não é possível sem a excelência na “Resposta” ao que ao que se espera e se exige do profissional de condução e da autarquia.



À autarquia exige-se *consciência e ação*: tratando-se de um serviço público como tal deve ser visto, julgado e priorizado relativamente ao transporte individual.

A localização das “praças” junto dos locais com maior procura, a permissão de circulação por itinerários exclusivos, a existência de coberturas de proteção da inclemência solar são “procedimentos” que, na esmagadora maioria dos casos, sendo óbvios, têm concretização tardia o que leva a um decréscimo da qualidade do serviço prestado. A necessidade de melhores locais para as praças de táxis é um sinal de apoio a esta atividade.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em reunião ordinária de Junho de 2015, delibera:

1 - Que o executivo camarário apresente até ao final do 2º semestre do ano de 2015, ouvidos que sejam os profissionais do setor e as suas associações representativas, um plano de melhoria das condições de oferta e funcionamento das praças de táxis por todo o território do nosso município.”

**7.3.12** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Todos nós temos consciência que o País, como Almada tem carências ao nível do setor da saúde.

Todos nós temos consciência da falta de médicos e o facto dessa realidade ser evidente levar a que exista muitas das vezes um conjunto de distorções do funcionamento dos serviços de saúde que aparentemente não teriam justificação se tudo estivesse a funcionar em pleno, nomeadamente ao nível dos recursos humanos.

Essas preocupações que nós localmente temos radiografadas, levaram a que houvesse no âmbito da 4ª Comissão desta Assembleia uma audição que eu penso que foi muito relevante e positiva com o Diretor do Centro de Saúde de Almada e Seixal, onde podemos apresentar, todos os Partidos desta Assembleia, um conjunto de preocupações no que diz respeito aos médicos de família, no que diz respeito à Constituição de Unidades de Saúde Familiar, à necessidade de tentar articular um conjunto de estruturas de forma a garantir que a pressão que existe sobre as Unidades Hospitalares seja gerida com mais racionalidade, e esta Moção visa exatamente isto mesmo, transmitir um conjunto de informações à população que nós também traduzimos do ponto de vista de saudação que diz o seguinte:

Moção/Deliberação “Mais Médicos de família para Almada”

Os Almadenses, como todos os portugueses, têm consciência de uma realidade objetiva-temos, infelizmente, menos médicos do que seria desejável e, consequência disso mesmo, há demasiados cidadãos que não têm médicos de família.

Sendo um setor fulcral para a nossa sociedade, as falhas causam alarme social que importa minimizar através de medidas tão eficientes quanto o possível.



Foi devido a essa preocupação que reuniu a 4ª Comissão da Assembleia Municipal tendo convidado o Diretor do Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) de Almada e Seixal por forma a que fossem apresentadas diversas preocupações sobre insuficiências e para obter esclarecimentos sobre potenciais soluções.

Preocupações apresentadas que foram desde a falta de médicos de família, do encerramento do centro de saúde da Trafaria, à articulação entre os centros de saúde e o Hospital Garcia de Orta.

As informações que foram prestadas ajudaram a perceber que apesar das dificuldades evidentes ao nível da carência de recursos humanos e dos constrangimentos orçamentais, algumas medidas foram desenvolvidas que importa destacar:

- 1) No âmbito do último concurso para colocação de novos médicos de família, os concelhos de Almada e Seixal foram contempladas com 15 vagas, sendo que dessas, haverá garantia de que, pelo menos, 11 serão preenchidas;
- 2) Será aberta, em Setembro, na freguesia da Trafaria uma Unidade de Cuidados à Comunidade que terá também serviços de enfermagem, sendo que, com a abertura da nova USF da Costa do Mar fica assegurado que todos os habitantes da Costa da Caparica e Trafaria têm já hoje o seu médico de família;
- 3) Está já em fase adiantada a concretização da abertura de 2 novas Unidades de Saúde Familiar (USF) na Charneca da Caparica que também garantirão mais médicos de família para a população;

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na sua sessão de 25 de Junho de 2015 delibera:

- 1- Saudar a colocação de mais médicos de família no concelho de Almada, num esforço que permitirá a muitos milhares de cidadãos terem um acompanhamento mais próximo, bem como a abertura da Unidade de Cuidados à Comunidade da Trafaria e as novas 2 USF da Charneca da Caparica.
- 2- Apelar a que o Governo reforce o esforço já feito para que possam ser formados mais médicos para suprir as necessidades, que possa assegurar na primeira oportunidade os investimentos necessários para dotar o Serviço Nacional de Saúde de uma rede de infraestruturas articulada, eficiente e capaz de dar uma resposta de qualidade.”

Dar nota que para finalizar e isto já não está na parte deliberativa desta Moção, nós tivemos a informação de que os últimos concursos de ingresso de médicos no âmbito dos Centros de Saúde de Almada e Seixal resultou na criação e no lançamento de 15 novas vagas e houve a garantia no decurso dessa audiência que estarão já garantidos 11 desses 15 lugares que foram apresentados a concurso, que resultará pelo menos num reforço de mais 7 médicos de família para o Concelho de Almada.



“Não são todos aqueles que são suficientes, mas é um primeiro passo positivo que eu acho que nós não devemos deixar de salientar, saudar, não deixando de continuar a exigir ao Governo, ainda mais atenção, ainda mais investimento porque todos nós sabemos que o problema da saúde e da falta de recursos não é de agora, tem muitos anos e é importante que seja de uma vez por todas resolvido.”

**7.3.13** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.3.13.1** - Moção/Deliberação “Sobre o Projeto Embaixadores da Saúde-Promoção da Saúde Escolar”

Realizou-se no passado dia 26 de maio o V Fórum de Embaixadores da Saúde, ao nível das crianças e Jovens do Concelho de Almada, da responsabilidade da Equipa de Enfermagem de Intervenção Comunitária e de Saúde Escolar da Unidade de Cuidados na Comunidade de Almada.

O Projeto Embaixadores da Saúde teve início no ano letivo de 2009/2010 de alerta, consciencialização e resistência à ameaça da pandemia da gripe A. Foi neste contexto que foram constituídos os Embaixadores da Saúde, em cada turma, nos vários níveis de educação e ensino do Concelho de Almada, desde o pré-escolar ao ensino secundário.

No presente ano de 2015 foram envolvidos direta ou indiretamente cerca de 26.720 alunos, cerca de 2212 professores e educadores e cerca de 930 funcionários não docentes. Participaram no Projeto todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Concelho de Almada, contemplando 33 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, em que se destacam os seus 520 Embaixadores e 12 Escolas do 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário com os seus 428 Embaixadores.

O Fórum dos Embaixadores que se realiza anualmente culmina o trabalho de excelência desenvolvido no âmbito da saúde das crianças e jovens estudantes, de reconhecimento do empenho e desempenho dos Embaixadores da Saúde e suas Escolas, o envolvimento das Famílias com a apresentação dos diferentes temas, partilhando experiências, ilustrando assim o trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo em conjunto com a equipa de saúde escolar.

O Projeto dos Embaixadores da Saúde de Almada é um projeto considerado e reconhecido de excelência para a promoção da saúde em meio escolar, integrado no Programa Nacional de Saúde Escolar, implementado, dinamizado e desenvolvido criativamente, pela Equipa de Intervenção Comunitária da UCC de Almada - “A Outra Margem”.

O trabalho desenvolvido pela Equipa de Enfermagem, e pelos Embaixadores, o contributo empenhado dos Professores, Educadores e Funcionários Escolares e a participação das Famílias, certamente vêm contribuindo para a construção de comportamentos e a adoção de hábitos de vida saudáveis, e assim “Melhorar a saúde das crianças e dos jovens e da restante comunidade educativa”.



Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 25 de junho de 2015, delibera:

- 1 - Reconhecer a importância para o Município de Almada do Projeto Embaixadores da Saúde enquanto meio para a promoção e educação para a saúde;
- 2 - Saudar e valorizar a realização anual do “Fórum de Embaixadores da Saúde” enquanto espaço e meio de divulgação do trabalho desenvolvido durante o ano e de partilha de experiências, assim como de afirmação e coesão comunitária.
- 3 - Proclamar o mérito dos Embaixadores da Saúde, crianças e jovens envolvidos, das Escolas Embaixadoras da Saúde com os seus professores, educadores e auxiliares de educação, e as Famílias, que acreditam e se envolvem no projeto, levando às demais crianças e jovens os comportamentos e hábitos de vida saudáveis;
- 4 - Louvar a Equipa de Enfermagem de Intervenção Comunitária da UCC de Almada - “A Outra Margem” - nas pessoas das Enfermeiras Céu Gonçalves, Alexandra Gonçalves, Cristina Santana, Emília Diogo e Estela Sena, pelo empenho e desempenho num projeto que se afirma de excelência na estratégia de Educação para a Saúde da comunidade escolar almadense.”

#### 7.3.13.2 - Moção/Deliberação “Sobre a participação de Almada no Festival IN 2015 - Inovação e Criatividade”

Considerando que se realizou na Feira Internacional de Lisboa, nos passados dias 23 a 26 de abril de 2015, o Festival IN, o maior evento dedicado à inovação e à criatividade realizado na Península Ibérica, com uma forte e destacada participação do Município de Almada.

O Festival contou com a participação de 397 entidades, ocupando 40 mil m<sup>2</sup>, em que se realizaram mais de 400 atividades diversas, entre as quais 92 espetáculos, além de conferências e workshops, e recebeu mais de 57 mil visitantes.

Almada destacou-se na mostra do seu Concelho inovador e criativo através da presença dos jovens empreendedores e criativos que no concelho estudam e trabalham, de projetos desenvolvidos em rede, de apoios municipais existentes, assim como projetos para o futuro.

O espaço Almada, muito visitado, integrou:

- Três incubadoras de empresas localizadas no concelho: Quarteirão das Artes, Núcleo Empresarial de Almada Velha e o Madan Parque de Ciência e Tecnologia;
- Diversos programas e apoios municipais dedicados aos jovens empreendedores;
- Companhias profissionais de teatro e dança do concelho e os principais eventos culturais promovidos em Almada;
- Vários projetos desenvolvidos em rede, nomeadamente na área da Educação, do Ambiente e da Cultura;
- Centros de investigação associados às faculdades localizadas em Almada, um dos principais polos universitários da Área Metropolitana de Lisboa;



Entrada com desconto

O bilhete para o Festival IN custa 5€ (No caso de ser munícipe de Almada, se for acompanhado por outra pessoa, só paga um bilhete, com a apresentação de documento comprovativo da morada em Almada)

O Festival IN é organizado pela Fundação AIP, sendo assumido como o maior evento agregador de inovação e criatividade da Península Ibérica, tendo por objetivo a promoção do que melhor se faz em Portugal no sector das Indústrias Culturais e Recreativas.

Segundo a Diretora-Geral da AIP a “importância da parceria com a Câmara Municipal de Almada para dar a conhecer serviços e produtos inovadores criados no concelho. Juntamente com as Câmaras Municipais de Lisboa e Oeiras, também parceiras do evento, pretendemos colocar a região de Lisboa no mapa internacional das cidades criativas”.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 25 de junho e no âmbito da participação de Almada no Festival IN 2015, delibera:

- 1 - Apoiar, reconhecendo a importância para o desenvolvimento do Concelho e sua afirmação como centralidade, a participação da Câmara Municipal de Almada no Festival de Inovação e Criatividade - Festival IN 2015 - em parceria com a Fundação AIP;
- 2 - Regozijar-se com o sucesso alcançado pro Almada, pela excelência dos seus participantes, na 2ª Edição do Festival IN 2015, realizado em abril na Feira Internacional de Lisboa.”

#### **7.3.13.3 - Moção/Deliberação “Sobre o Fórum da Criança da Agenda 21 da Criança”**

A Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, é considerada uma Conferência histórica das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, apresentando-se como momento de assinalável significado na sensibilização dos cidadãos para a absoluta necessidade de integração plena das problemáticas ambientais e sociais nas políticas de desenvolvimento económico.

Desde então governos, organizações internacionais e nacionais, poderes locais, grupos e cidadãos têm considerado muito importante o desenvolvimento sustentável.

Na referida Conferência, também denominada ECO-92, foi criada a “Agenda 21” com as medidas que permitiriam a resolução de problemas sociais e ambientais, possibilitando “crescer sem empobrecer, consumir sem degradar, produzir sem delapidar, viver sem destruir”.

A Cimeira da Terra definiu um plano de ação à escala global para conseguir melhores níveis de qualidade ambiental e uma economia mais sustentável para todo o Planeta. Documento que integra várias medidas apontadas para dois grupos - alvo, crianças e jovens, que correspondem a cerca de um terço da população mundial.

O Município de Almada aderiu militantemente a esta iniciativa internacional criando a “Agenda 21 da Criança de Almada” como forma e meio de suscitar e conhecer a visão dos mais



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

novos para o futuro e integrar as suas ideias na construção de um Concelho cada vez mais sustentável.

Integrado na Agenda 21 da Criança, a Câmara Municipal de Almada vem anualmente realizando o Fórum 21 da Criança, no dia 3 de junho de 2015 realizou-se a 12ª edição, participado por centenas de crianças de várias escolas do 1º Ciclo em que crianças apresentam ao Presidente da Câmara e à Vereação as suas preocupações, sugestões e desejos para o futuro de Almada e do Planeta.

Têm sido várias as Escolas e várias as turmas que têm participado na Agenda e no Fórum 21 da Criança e que têm trabalhado termos específicos “Cuidar do Planeta”, “Em Movimento”, “Energia”, “Viver em Almada”, “Sociedade”, “Cidade Arrumada”, “Hábitos de Consumo”, “Natureza em Almada”, etc., etc., temas que são explorados numa perspetiva do global para o local, desenvolvendo sessões de trabalho utilizando multimédia, inquéritos, jogos, visitas, trabalho de campo e animação.

As crianças envolvidas com o apoio dos seus professores e a direção dos técnicos municipais, identificam as situações que mais as preocupam e que gostariam de melhorar no Concelho e no Planeta, despertando-as para experiências, participação e atenção às questões ambientais e sociais locais e planetárias. Os resultados deste trabalho, como as suas ideias e sugestões para melhorar Almada são consideradas anualmente no âmbito da elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento do Município.

Com esta iniciativa incentiva-se de forma continuada e séria os Municípios mais pequenos para que melhor conheçam o Concelho em que vivem, que analisem e opinem sobre o meio em que crescem, e apresentem as propostas ou sugestões para que Almada seja um Concelho mais desenvolvido e sustentável, mais amigo das Pessoas e que contribua para um Mundo melhor.

A Agenda 21 da Criança de Almada é dinamizada pela Divisão Municipal de Educação e Socialização Ambiental do Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável e têm o envolvimento dedicado dos Professores e Professoras, Educadores e Educadoras e Famílias das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Pela aposta determinante nos Cidadãos que assegurarão no futuro os destinos do nosso Concelho, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária nos dias 25 e 26 de junho delibera:

- 1 - Saudar as Crianças e as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico os seus Professores e Professoras e as Famílias que se envolvem nas iniciativas da Agenda 21 da Criança de Almada e no Fórum 21 da Criança de Almada;
- 2 - Reconhecer a importância das ações integradas “Agenda 21 da Criança de Almada”, nomeadamente o “Fórum 21 da Criança”;



3 - Manifestar apreço à Câmara Municipal, seus eleitos e funcionários públicos autárquicos que com empenho e dedicação dinamizam, partilham, incentivam e consciencializam as crianças almadenses para a necessidade de contribuírem para um Concelho de Almada desenvolvido, próspero e amigo do ambiente.”

#### **7.3.13.4 - Moção/Deliberação “Sobre a Realização em Almada do Dia Paralímpico 2015”**

Teve lugar em Almada entre os dias 20 e 23 de maio as Comemorações do Dia Paralímpico 2015 realização do Comité Paralímpico de Portugal com o apoio do Município de Almada, através da Câmara Municipal de Almada e o envolvimento do Instituto Piaget de Almada.

A comemoração desenvolveu-se com a demonstração e experimentação de várias modalidades paralímpicas e surdolímpicas, com o objetivo de promover e afirmar a inclusão através do desporto e das suas várias modalidades.

As comemorações tiveram os seus momentos significativos como o Colóquio de Abertura do Dia Paralímpico 2015 com a apresentação de trabalhos académicos, exemplos de boas práticas desportivas e uma mesa-redonda com atletas e treinadores e ainda uma Sessão de Demonstração de técnicas simplificadas de fácil aplicação em contexto escolar, realizados respetivamente no Fórum Romeu Correia e no Complexo Municipal dos Desportos Cidade de Almada.

No próprio Dia Paralímpico 2015, realizado no sábado, dia 23 de maio, e durante a manhã, realizou-se no Parque da Paz uma cerimónia oficial logo seguida da Marcha e Corrida “Família Paralímpica” até ao Complexo Municipal dos Desportos onde decorreram também e durante todo o dia atividades de demonstração e experimentação das modalidades desportivas com a participação de centenas de pessoas.

Pela importância do evento, pela participação e envolvimento de muitos cidadãos do Concelho e pelo enriquecimento que trouxe ao Município Almadense, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Plenário no dia 25 de junho delibera:

- 1 - Agradecer ao Comité Paralímpico de Portugal ter escolhido o Município de Almada para a realização do Dia Paralímpico 2015;
- 2 - Felicitar a cavaleira paralímpica Sara Duarte, o campeão da Europa de 5000m Nuno Alves, os Professores e Técnicos e o Instituto Piaget de Almada pela presença, participação e empenho na Comemoração do Dia Paralímpico em Almada;
- 3 - Saudar a Câmara Municipal, cujo empenho e desempenho foi público e expressamente reconhecido e agradecido como exemplar pelo Comité Paralímpico por trazer para Almada e apoiar a realização das Comemorações do Dia Paralímpico 2015, evento nacional de afirmação de igualdade e inclusão das pessoas com deficiência.”

Os Embaixadores da Saúde, o Fórum da Criança, a participação no Festival IN 2015, a realização em Almada do Dia Paralímpico, enfim, de alguma maneira antes até desta distribuição, já foi feita em reuniões de líderes, portanto eu escuso-me a ler, mas valorizar



porque nos parece que de facto são iniciativas relevantes e que merecem de facto o assinalar das mesmas, e portanto pomos à consideração da Assembleia.”

**7.3.14** - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Congresso Almada: pensar o futuro”

Nos dias 12, 13 e 14 de junho, realizou-se o primeiro Congresso Almada: pensar o futuro.

Envolvendo todos os órgãos autárquicos do Concelho de Almada - Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesias e Assembleias de Freguesias - bem como os representantes das forças políticas com assento na Assembleia Municipal, e com uma ampla participação dos cidadãos e cidadãs do nosso Concelho, este Congresso traduziu-se no que já tinha sido evidenciado nas onze sessões temáticas ocorridas nas Freguesias: ampla participação, elevação do debate e dos seus conteúdos, aprofundando a relação entre todos sobre os atuais desafios que se colocam ao Poder Local Democrático e às grandes linhas de desenvolvimento para o Concelho de Almada, enquanto território integrado na Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa.

Refira-se que este Congresso resulta de um compromisso assumido no Programa Eleitoral da CDU às últimas eleições autárquicas, integrado nas Opções do Plano da Câmara Municipal, com o objetivo de envolver os representantes eleitos por sufrágio pelo povo almadense, o que veio a suceder, apelando à participação cidadã num sentido coerente da identidade interventiva da população do nosso Concelho, a qual respondeu afirmativamente a esta chamada onde deixou expresso a reflexão e contributo para a construção da visão sobre o nosso futuro comum, sem esquecer as referências fundamentais do caminho percorrido, as novas realidades e os instrumentos de que dispomos para construir cidade, numa lógica de planeamento e desenvolvimento urbano sustentável e solidário no quadro do processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso.

Saliente-se, ainda, que este processo de debate e participação dos cidadãos e eleitos no âmbito do Congresso Almada foi valorizado e sublinhado pelo Presidente da Câmara Municipal, lançando o desafio de que no futuro o mesmo tenha continuidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de junho de 2015, delibera:

1. Saudar a realização do Congresso Almada: pensar o futuro, e os seus organizadores, pelo grande êxito que revestiu este importante momento de reflexão e debate sobre a realidade atual e as perspetivas de desenvolvimento futuro.
2. Realçar e valorizar a significativa participação dos e das Almadenses, tanto nas sessões de debate público nas onze Freguesias do Concelho, como nas sessões planárias de 12, 13 e 14 de junho em Almada.”



**7.3.15 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Por um MST amigo dos Cidadãos e do Ambiente”

O Metro Sul do Tejo é um projeto estruturante para o desenvolvimento local, regional e metropolitano, um meio de transporte coletivo moderno, e determinante para garantir a diversificação da mobilidade dos cidadãos.

O MST foi um sonho apenas em parte realizado assumido como desígnio a melhoria das condições de mobilidade das populações através de um meio de transporte acessível, rápido, eficaz e amigo do ambiente, unindo os Concelhos do Arco Ribeirinho Sul - Almada, Seixal, Barreiro e Moita.

Importa, sendo facilmente verificável, promover a qualidade dos transportes públicos para que sejam mais atrativos, quer reforçando a qualidade, a regularidade, a segurança, quer praticando preços acessíveis.

É neste quadro que se integra a reivindicação da integração do MST no sistema de passe social intermodal sem custos adicionais para os utentes enquanto fator imprescindível para a atratividade e deste meio de transporte com a conseqüente redução da utilização do transporte individual que acarreta altos custos energéticos e ambientais.

Outra questão também importante e que provoca forte descontentamento nos cidadãos residentes nas áreas próximas ao espaço canal do MST é o ruído que as carruagens produzem.

As queixas e reclamações dos cidadãos chegam aos órgãos autárquicos com frequência, desde residentes da avenida 25 de Abril, avenida Afonso Henriques, Ramalha, curva da avenida Bento Gonçalves/rua Conceição Sameiro Antunes, viaduto do Brejo/avenida 23 de Julho, Oásis/Laranjeiro, etc. acusando estar em causa a saúde pública.

Dizem que são os “lisos” nas rodas, causa da frequência de frenagens, e o ruído de “rodas quadradas”, então que seja reforçada a retificação das rodas e a conservação da linha férrea. O ruído é também uma componente importante do ambiente que se deseja e de direito, para que o MST seja amigo das pessoas.

Há cidadãos que já conhecem as carruagens, já as identificam pelos números, apontando mesmo aquelas que de “rodas quadradas” já parecem ter “rodas triangulares”

Importa ainda e também considerar as reivindicações populares para o alargamento da rede do MST a outras áreas do Concelho nomeadamente a extensão à Costa da Caparica, via Trafaria e à Charneca da Caparica/Sobreda.

São necessários estudos de necessidades sociais e de viabilidade económica, de meios financeiros o que deve determinar a consideração do presente e do futuro para garantir a viabilidade de transportes públicos que sirvam os cidadãos e o desenvolvimento económico e social da região.



Pelo exposto a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão plenária no dia 25 de junho, toma posição perante os órgãos do Estado e entidades públicas, deliberando:

- 1 - Reclamar pela absoluta necessidade de atuação e medidas que reduzam o ruído provocado pelas carruagens do MST;
- 2 - Reclamar por ser determinante para a atividade do transporte coletivo e em particular do MST a sua inclusão no passe intermodal sem custos adicionais para o utente;
- 3 - Pronunciar-se pela oportunidade de estudo da necessidade social e da viabilidade económica da extensão do MST à Costa da Caparica via Trafaria, nos termos do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Programa Polis da Costa da Caparica, acordado pelo Governo e o Município;
- 4 - Considerar no quadro do Projeto “Arco Ribeirinho Sul” e “Baia Tejo” uma oportunidade de integrar o estudo da construção das fases 2 e 3 da expansão do MST ao Seixal e Barreiro/Lavradio e seu possível prolongamento à Moita.”

**7.3.16** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação “Projeto Ambiental ReDuna - Recuperação e restauração ecológica do sistema dunar de São João da Caparica”

Durante os últimos dois anos, a costa portuguesa foi afetada por diferentes e sucessivas tempestades com grande impacto nas dinâmicas erosivas do litoral. Em Almada, esse impacto teve uma expressão particular nas praias de São João da Caparica.

Estima-se que a praia tenha recuado cerca de 14m, tendo a forte ondulação incidente causado a degradação das dunas primárias, com destruição quase completa do troço frontal do sistema dunar. Estas e, em geral, as dunas são barreiras físicas naturais fundamentais para proteger o litoral da ação dos ventos e das ondas, e limitar o recuo da linha de costa. São também zonas de elevada importância ecológica, onde habitam mais de dezenas espécies de plantas e animais.

Numa resposta a esta situação, o Município de Almada desenvolveu um projeto para recuperação ecológica do sistema dunar de São João da Caparica, o qual foi objeto de protocolo celebrado com a APA, para candidatura ao Programa Operacional Temático Valorização Territorial.

Depois da recarga artificial de areia nas praias de São João, deu-se início ao ReDuna.

O ReDuna está a contribuir decisivamente para o restabelecimento do equilíbrio geomorfológico do sistema duna-praia e para a resiliência deste troço costeiro. É que as dunas em São João da Caparica foram assoladas por diferentes e sucessivas tempestades nos últimos invernos e estão agora a ser recuperadas de modo inovador.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Começou-se pela instalação de estruturas de condicionamento de acesso e controlo de pisoteio, colocação de sinalética informativa e de paliçadas e a povoação das dunas com plantas adaptadas a estes ecossistemas.

Foram realizadas plantações de espécimes criadas em viveiro e de plantas já viventes no sistema dunar que foram replantadas e irão fazer-se sementeiras, a partir das sementes recolhidas destas plantas que compõem os talhões, canteiros.

Em aproximadamente 4 meses - de Fevereiro a Maio passado (dados da monitorização) - revelaram um aumento da linha/encosta de duna na ordem dos 60 cm... se parece pouco, lembremo-nos da linha abrupta em que terminava a duna, após a incidência, a força das ondas e da energia e ação do mar, há sensivelmente um ano atrás!

No terreno então há tão poucos meses, está este projeto a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Almada e a contribuir decisivamente para a recuperação do sistema duna-praia de São João da Caparica, muito vulnerável à erosão do vento e do mar e à intensa procura durante os presentes meses de Verão.

Fevereiro de 2014 - final Junho de 2015

Quem diria, acreditaria que passados quase 17 meses - ano e meio, estaríamos hoje, aqui, agora, a saudar - e na 6ª passada a inaugurar - um projeto de pouco mais de 200 mil euros mas fruto, obra, plantação, semente, esperança, perseverança do Poder Local Democrático?

Este é, de facto, um projeto relativamente simples, barato e com resultados garantidos.

Da visita, apresentação de 6ª feira passada, retemos informação da presença de, pelo menos sete arbóreas, dentre tomilho, eruca, cardos, catos, o famoso e mais presente estorno.

E, coincidência, sete são também os apoios de praia e concessionários abertos, em pleno funcionamento e várias dezenas de postos de trabalho criados.

E como o que é bom é para replicar, defendemos e tudo faremos para que o projeto de que aqui falamos, ReDuna, se redobre em mais 1100 metros, 50 hectares, mais concessionários, bares, apoios de praia de portas abertas, com criação e manutenção de postos de trabalho.

Quando é preciso pôr mãos à obra, arregaçar mangas e calças, e fazer, então o Executivo do Município de Almada faz!

E até hoje, envolveu-se comunidade, a Câmara, autarquias locais, a Comunidade Académica, parceira científica, de longa data - Faculdade de Ciências, Centro de Ecologia e para as Alterações Climáticas e o Centro de Mar, governo central.

O projeto permitiu recuperar mais de um quilómetro do cordão dunar e, simultaneamente. É, sem dúvida, uma experiência muito interessante, que tem tido o sucesso que está à vista e ao usufruto de almadenses e outras pessoas visitantes doutros concelhos e região. Sem alterarmos a paisagem - inclusive retomando seu estado mais natural - e até melhorando no sentido de que as pessoas gostam - água, mar, natureza, duna, biodiversidade - asseguramos a proteção da nossa primeira frente dunar.



Se virmos e analisarmos de um prisma biológico e ecológico, o sistema dunar funciona numa dinâmica de simbiose: ação concertada e benéfica entre as partes - solo, água, vegetação, animais - ave, anfíbios, insetos, etc. o que promove a sua alimentação e muito importante também para todo este ecossistema a polinização e disseminação vegetal.

E se também nós funcionarmos em sistema - agentes, responsáveis políticos locais e nacionais, então é um todo que 'ganha' - não lucro, necessariamente...

Mas verdadeira sustentabilidade - a principal, a essencial - é a ambiental sem a qual não há sustentabilidade social, logo económica.

São as estratégias que repõem e contribuem para restabelecimento do equilíbrio geomorfológico e para a resiliência desta linha costeira - não tão só e unicamente as soluções e obras de engenharia 'pesada'.

Através de processos, recursos e materiais naturais é possível defender o ambiente e, sobretudo, corrigir danos provocados por situações críticas e de desequilíbrio ambiental e ecológico, como consequência das tempestades e intempéries do ano passado, Inverno de 2014.

Além do reequilíbrio, recuperação e redinamização ambientais, ficam também a ganhar a economia local e da oferta turística, por meio dos bares - restauração e similares - áreas concessionadas - aluguer de espaços - toldos, barracas, profissionais de socorro do ISN - Instituto de Socorros a Náufragos.

Por fim e de facto, este é um caso de sucesso que pode ser replicado noutras praias do concelho, da região e do país.

Assim,

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, a 25 e 26 de Junho de 2015, no Clube Recreativo e Instrução Sobredense, delibera:

- 1) Saudar a Câmara Municipal de Almada pela opção e ação pela regeneração e reestruturação ecológicas do sistema dunar das praias de São João;
- 2) Expressar a sua satisfação pelo recém apresentado e inaugurado projeto ReDuna (19 Junho passado), nas praias de São João de Caparica, com a presença e participação alargadas das instituições e organismos envolvidos e convidados - da Faculdade de Ciências e seus Centros de Investigação à APA;
- 3) Manifestar, igualmente, agrado e confiança para com o trabalho e aposta conseguida pelos sete concessionários localizados nessa área de intervenção ecológica, em pleno funcionamento na presente época balnear."

**7.4** - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais João Geraldês, José Joaquim Leitão, Luísa Ramos, Carlos Guedes, António Pedro Maco, Nuno Matias e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.4.1** - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para dar nota da posição da CDU relativamente a 4 documentos que foram apresentados pelo PSD. O primeiro documento está identificado com o número 14, tem a ver com a questão da melhoria das condições de acesso e estacionamento rodoviário nas zonas balneares na Costa da Caparica. Nós olhamos para este documento com interesse, pensamos que é até um progresso do PSD, mas nós temos uma visão relativamente a estes problemas mais ampla, pensamos que não é só um problema dos visitantes da Costa da Caparica, é um problema que tem que ser abordado de uma lógica mais ampla. Aliás, a nossa Moção sobre esta matéria vai nesse sentido e portanto não pensamos que nos possamos cingir à questão que é colocada pelo PSD neste momento da situação e dos problemas da Costa. Vamos votar contra.

Depois relativamente ao traçado rodoviário do município que é o documento número 15, nós gostaríamos de fazer uma sugestão que era a de que este documento, é um documento muito extenso e que abarca muitas realidades distintas e a sugestão que nós gostaríamos de fazer ao PSD era que este documento pudesse descer à Comissão e que fosse constituído um grupo de acompanhamento da intervenção da Câmara Municipal relativamente a estas questões de circulação e melhoria das condições de circulação e que pudéssemos trabalhar em termos de Comissão as questões sugeridas pelo PSD.

Depois relativamente ao documento número 16, que é relativo ao incentivo ao estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida. Nós aderimos ao princípio e achamos que é importante que sejam criadas condições para que todos os cidadãos, incluindo os cidadãos com mobilidade reduzida possam ter melhores condições de circulação e de estacionamento, e sabemos que está a ser pensado um quadro relativamente a esta matéria que é muito mais amplo do que este que é proposto neste documento pelo PSD.

O que sugeríamos é que este documento fosse retirado pelo PSD.

Finalmente relativamente ao documento número 17, serviço de Táxis, melhoria das condições desse serviço de oferta, a sugestão que nós tínhamos a fazer ao PSD era que no ponto deliberativo se retirasse a expressão “até ao final do segundo semestre do ano 2015” e que pudesse ficar só “que o Executivo ouvidos que sejam os Profissionais” e depois segue até ao final o texto.

Para terminar só dizer que por uma questão de coerência sugeríamos também que o documento que o Partido Socialista apresentou relativamente a requalificação do espaço público na Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda pudesse acompanhar o documento do PSD na descida à Comissão e ser abordado em termos de Comissão em conjunto.”

#### **7.4.2 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Uso a palavra para me pronunciar sobre o conjunto das moções que neste momento estão em discussão e vão depois ser votadas.

O texto número 1 apresentado pela CDU, refere-se às restrições que têm sido criadas à contratação de trabalhadores. Nós percebemos que tem de haver um cuidado em tudo o que diz respeito às condições de funcionamento dos serviços públicos, no entanto entendemos que a conceção de que o Estado tem de ser menor, tem de desvalorizar tem de transferir para os privados as suas atividades e portanto precisaria de menos trabalhadores, é uma conceção errada à qual nós devemos dizer não com toda a convicção, e por isso entendendo que essa também é a perspetiva da Moção votaremos favoravelmente.

O texto da CDU também sobre os Bairros Sociais, entendemos que é uma perspetiva correta clarificar as situações que são apresentadas e votaremos também favoravelmente.

Também votaremos favoravelmente a Moção sobre a requalificação das Estrada Florestal e a Estrada da Foz do Rego na Costa da Caparica. Pensamos que as intervenções referidas são intervenções que valorizam o Concelho e que resolvem problemas efetivos. No entanto gostaríamos de chamar atenção para um aspeto particular relacionado com a realidade referida nesta Moção. Que é a seguinte, a Foz do Rego nos últimos anos mudou de forma dramática no que diz respeito à dinâmica do caudal. Essa mudança dramática certamente que não aconteceu por acaso. Penso que tem de haver uma abordagem rigorosa e identificação das causas, ver se houve trabalhos ao longo do curso que tenham aumentado o caudal e esse aumento de caudal provoque uma erosão de facto para além da que existia no passado e que contribui para o desastre que acontece depois na descida em direção às praias. É preciso ver se não houve impermeabilizações excessivas que provocam também enxurradas no curso de água. Este trabalho tem que ser feito, e para além da reparação na medida do possível e da atribuição de responsabilidades a entidades governamentais, é preciso saber se as práticas seguidas nomeadamente ao nível autárquico não contribuíram também para o desastre que se verificou e no caso de isso ter acontecido verificar de que modo é que esta situação pode ser alterada e os impactos negativos corrigidos.

Texto seguinte sobre a privatização da TAP, votaremos favoravelmente. Entendemos que a perda da TAP para o País e para o Estado Português é negativa, é muito negativa em termos de afirmação da soberania e da defesa do espaço da lusofonia, e portanto associamo-nos a tudo o que possa ser feito no sentido de preservar o que ainda pode ser preservado em termos do interesse nacional na Companhia de Bandeira.

O texto sobre a melhoria do acesso das populações aos cuidados de saúde primários apresentado pela CDU, votaremos também a favor.

Os textos apresentados pelo Bloco de Esquerda merecem também a nossa concordância, com uma ressalva que vou passar a explicar. Nós entendemos que a preocupação do Bloco no que diz respeito à possibilidade de utilização do trabalho voluntário em substituição de



trabalho adequadamente enquadrado, é negativa essa utilização, no entanto pensamos que é preciso abrir espaço à participação temporária de jovens em atividades que possam servir também como introdução à vida ativa e de reforço de competências que acabem por propiciar no futuro uma integração mais harmoniosa no mercado do trabalho, e portanto não acompanhamos totalmente o texto como ele foi apresentado e a preocupação do modo como está expressa. Portanto, nós quando houve a abordagem deste assunto no passado votámos contra, desta vez entendemos que se é de valorizar a preocupação da defesa do emprego que está subjacente a este texto, mas não podemos acompanhá-lo porque entendemos que as experiências que são propiciadas aos jovens nestes contextos são favoráveis e portanto vamo-nos abster nesta Moção.

O texto seguinte sobre a arte urbana, votamos a favor, como sobre a saúde.

Depois vamos votar também a favor o texto da CDU sobre a Companhia de Dança de Almada. Eu penso que é muito importante para o Concelho valorizar, defender e enriquecer tudo o que tem a ver com as artes formativas no Concelho. Almada já tem uma grande projeção e não devemos abrir mão de nada que esteja concretizado, pelo contrário a nossa preocupação deve ser sempre no sentido de ampliar e de aprofundar os sucessos nesta matéria.

A Moção do PSD sobre as zonas balneares da Costa da Caparica, votaremos a favor, não teremos problemas com isso se for mantido o texto na votação.

De igual modo o texto de requalificação de traçado rodoviário do município, nós pensamos que há muito a fazer nesta matéria, que a Câmara nesta matéria da conservação das vias, da requalificação dos espaços públicos está muito aquém do que nós esperávamos e que a população de Almada exige e portanto, tudo o que for no sentido de chamar atenção, no sentido de servir e melhorar merece o nosso apoio.

Votaremos também a favor a Moção sobre o estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida.

Sobre o serviço de Táxis, pensamos que é importante um diálogo da Câmara com o setor no sentido de melhorar as condições de prestação dos serviços e portanto votaremos também favoravelmente.

A Moção sobre mais médios de família para Almada, vamos lá ver, aqui temos um problema que é este, aparentemente esta Moção do PSD não corresponde ao Concelho onde nós vivemos. Portanto, não há aqui concordância entre o que é dito e a realidade que nós vivemos. Há uma grande preocupação da população da Trafaria no que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente à possibilidade de terem consultas médicas na Freguesia. Esta ambição ou esta preocupação da população é perfeitamente justificável, é uma população em que predominam pessoas de idade com mobilidade dificultada, que têm muita dificuldade em se deslocarem à Costa da Caparica, não só pelas suas condições



específicas de saúde, mas também pela rede de transportes que não existe como devia existir e portanto apesar de tecnicamente a explicação que foi apresentada na 4ª Comissão fazer algum sentido que é este, apesar do enquadramento técnico que as coisas têm, os problemas das pessoas têm que ser resolvidos. E se for necessário flexibilizar algum conceito, nomeadamente no que diz respeito às unidades de saúde, esse conceito deve ser flexibilizado para que as pessoas tenham o serviço que exigem e merecem e precisam. Portanto, nós não achamos satisfatório que um serviço de enfermagem na Trafaria seja apresentado como resolvendo os problemas das pessoas. Estamos muito longe disso. De igual forma pensamos que não faz sentido falar-se na fase adiantada de concretização da abertura de novas unidades de saúde familiar, quando nós sabemos que essa situação não está para breve. Neste momento na Charneca mais de metade das pessoas, mais de metade dos inscritos, mais de cinquenta por cento dos inscritos não têm médico de família, nós estamos muito longe desta possibilidade que é aqui falada. Para se implementar estas duas unidades de saúde na Charneca, nós precisávamos de mais catorze médicos para além daqueles sete que agora são alocados ao Concelho de Almada, ou que se diz que vão ser alocados ao Concelho de Almada. Portanto, não estamos em fase adiantada de coisa nenhuma, estamos numa situação calamitosa que é inaceitável para a população da Charneca de Caparica e esta Moção não pode deixar de merecer o nosso voto contra.

Sobre o Projeto de Embaixadores de Saúde para a promoção da saúde escolar, votaremos a favor.

No que diz respeito ao Festival IN, a preocupação subjacente é uma preocupação positiva, mas estamos muito longe de estar satisfeitos com aquilo que foi conseguido nesta matéria no Concelho de Almada. É necessário mais ambição. E portanto nós não podemos acompanhar o discurso laudatório que é apresentado nesta matéria e vamo-nos abster nesta Moção.

Sobre o Fórum 21 da Criança, Agenda 21, votaremos a favor, considerando globalmente o que está em causa, no entanto gostaríamos de chamar atenção para dois ou três aspetos desta Moção que eram perfeitamente escusados e se tivessem sido evitados teríamos um texto muito mais equilibrado e com que nos identificarmos muito mais plenamente. Frases como esta, “O Município de Almada aderiu militantemente a esta iniciativa internacional”, quer dizer, as palavras têm a sua conotação e o seu peso, se é esta a imagem que querem dar da Câmara tudo bem, não é a imagem que nós defendemos. “Manifestar apreço à Câmara Municipal, seus eleitos e funcionários”, quer dizer, se o entendimento do Grupo Municipal da CDU for o de que estas Moções servem para um discurso laudatório relativamente à autarquia conseguiram-no plenamente. Nós lamentamos e gostávamos que fosse outra orientação.

Finalmente porque já devo estar perto do limite, a Moção sobre o Congresso de Almada, pensar o futuro. Os eleitos do Partido Socialista associaram-se aos vários passos do



Congresso Almada, pensamos que a iniciativa é uma iniciativa globalmente positiva, mas não é uma iniciativa pelo patamar que atingiu, nos deva deixar satisfeitos e descansados, é essencialmente desafiante. É desafiante porquê? Porque o número de cidadãos envolvidos foi muito reduzido. Se nós nos satisfazemos pelo envolvimento de oito centenas de almadenses ao nível das Freguesias, considerando a população de Almada, de facto somos muito pouco ambiciosos. Se nós consideramos que respondeu ao que nós pensávamos, portanto de facto não temos para Almada uma visão de futuro que devemos ter. De qualquer modo votaremos a favor, sublinhando estes aspetos que são aspetos que devem ser melhorados e que sendo de assinalar e valorizar a participação que estas iniciativas apesar de tudo permitem, é de referir que há um instrumento fundamental que deve ser implementado em Almada no sentido de incentivar a participação da população e criar condições para que a democracia local seja mais participativa. Esse instrumento é o Orçamento Participativo e nós lançamos aqui novamente o desafio à autarquia para que admita a possibilidade de implementar o mais rapidamente possível o Orçamento Participativo em Almada.

Sobre o resto das Moções votaremos a favor.”

**7.4.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na sequência do que o Deputado João Galdes já colocou dizer, o Sr. Deputado do Partido Socialista não indicou se está de acordo com a nossa proposta de baixar à Comissão para a criação do Grupo de Trabalho com os técnicos da Câmara, enfim para aquelas questões que o Partido Socialista coloca, quer o PSD colocou, portanto nós continuamos a achar que seria benéfico que assim fosse. Já agora dizer também e acrescentar que o nosso problema relativamente à Costa da Caparica, percebemos e compreendemos que ele é de alguma maneira, enfim pode arranjar constrangimentos aos visitantes, mas é bom que nós não esqueçamos os residentes que são muitos. E portanto sabemos que muitos residentes têm contactado a Assembleia Municipal e até no plano individual alguns eleitos no sentido de fazer-se mais fiscalização, criem-se mais constrangimentos aos que veem de fora, porque eles têm de facto uma vida desgraçada e nós aqui estamos a dar a primazia aos residentes, respeitamos muito, achamos muito importante que pessoas que não residem na Costa vão para lá, mas não podemos ignorar efetivamente a realidade de quem vive permanentemente na Costa. Em relação à Moção número 2 do Partido Socialista, pelo acesso aos cuidados de saúde primários na Freguesia da Charneca, enfim é uma opção, isolou-se uma Freguesia, mas permitia-me fazer dois reparos, nós vamos votar a favor, mas permitia-me fazer dois reparos, acho que a Sr.ª Deputada não leu e não sei se efetivamente já retirou do texto, mas o que conta é o papel escrito que é no parágrafo que acaba “às urgências nos hospitais centrais”. A nossa realidade é que não são os hospitais centrais na sua globalidade, é o Garcia de Orta e se me permite fazia a sugestão para retirar hospitais centrais, aliás pareceu-



me que já tinha retirado da sua leitura mas o que conta é depois o documento e designadamente a referência ao Garcia de Orta, porque é de facto uma situação muito complicada. E já agora até porque eu própria participei nisso, dizer que há que relevar o papel que a Junta de Freguesia da Charneca tem desenvolvido exatamente no envolvimento da comunidade, dos moradores, dos utentes do Centro de Saúde e portanto a sociedade civil é um facto, mas também muito dinamizada pela ação da Junta de Freguesia.

Depois relativamente ao documento número 9 do Bloco de Esquerda, enfim aqui também nos identificamos, mas no ponto 2 faz uma recomendação à Câmara e o que nós dizemos é que a Câmara já tem uma prática interna de não discriminação e portanto também aqui sugerir, enfim saudar a Câmara, ainda que haja Srs. Deputados que não gostem de quem faz bem seja relevado, mas ainda assim acho que quando se faz bem deve-se saudar, quando se faz mal deve-se criticar, e aqui no caso saudar a Câmara Municipal pela sua prática interna para/pela igualdade e portanto o resto do paragrafo e votamos a favor.

Sobre a questão do voluntariado é uma obsessão do Bloco de Esquerda no sentido que querer generalizar ao ponto aquilo que é uma chaga social, que é a não aplicação da legislação laboral, aquilo que é a transformação de estágios em postos de trabalho efetivos, tudo aquilo que nós sabemos e condenamos e criticamos e aprovamos Moções contra, mas generalizar isto à participação dos jovens nestas ações, até porque tanto quanto sabemos 90 jovens que fizeram o ano passado esta experiência gostaram e querem repetir e também nos parece, segundo sabemos que nenhum jovem tem mais do que um turno de 4 horas, e portanto não há aqui a exploração do trabalho infantil ou outro que possa criar algum constrangimento. Votaremos contra.

Também relativamente à Moção/Recomendação para o incentivo à arte urbana, todos sabemos que já existe essa situação, inclusivamente existe um regulamento. A sugestão que fazemos é que na parte deliberativa, porque achamos bem que a Câmara com as Juntas de Freguesia façam o levantamento de mais sítios, portanto a questão que colocamos é as Juntas de Freguesia continuem a identificar locais como muros e fachadas e votaremos a favor.

Finalmente, eu sei que estamos a entrar em campanha eleitoral, sabemos que 4 anos de ataque ao SNS, foram 4 anos de encerramento de serviços de proximidade, foi falta de resposta com reestruturações atrás de reestruturações, mas também saudar a colaboração quando ainda por cima passa por uma intenção que a gente não sabe se se vai concretizar ou não, parece-nos excessivo e portanto votaremos contra.”

**7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós começamos pela Moção do PSD sobre a melhoria das condições de acesso e estacionamento rodoviários nas zonas balneares na Costa da Caparica e solicitamos que o



ponto 3 da parte deliberativa que diz em particular “recomendar ao Executivo Camarário que garanta a igualdade de tratamento entre todas as Freguesias do Concelho de Almada, pela entidade gestora de estacionamento bem como a harmonização de horários e correta sinalização”, que seja votado à parte e os outros 3 podem ser votados em conjunto. Isto porquê? Porque entendemos que isto abre espaço para que se possa dar a volta ao contrário e se passe no resto do Concelho o que já acontece na Costa.

Assinalamos com agrado as preocupações presentes e que até há bem pouco tempo não estavam e estão presentes nesta Moção também com as dificuldades sentidas pelos moradores da Costa, uma vez que como nós temos vindo a repetir sempre que se fala da Costa da Caparica, a Costa da Caparica não se limita a ser um resort onde as pessoas lá vão passar férias, há gente que lá vive.

Ainda nas Moções do PSD, a Moção sobre o estacionamento para as pessoas portadoras de deficiência. Nós iremos votar favoravelmente esta Moção, não poderíamos deixar de o fazer, mas também não podemos deixar de assinalar que venha de uma bancada cujo Partido está no Governo e cujo Partido tem feito as maldades que tem feito às pessoas portadoras de deficiência ao longo destes últimos 4 anos, para não irmos mais longe, venha agora manifestar uma preocupação com estas pessoas quando durante 4 anos o que aconteceu foi a retirada constante de direitos às pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente nos benefícios que tinham no imposto automóvel e que lhes foram retirados. Portanto, se as pessoas portadoras de deficiência conseguirem continuar a comprar automóveis poderão com certeza contar com o apoio do Bloco de Esquerda nos apoios para o estacionamento.

A Moção do PSD sobre as questões relacionadas com a saúde. Nós apresentamos nesta Assembleia, nesta sessão uma Moção que termina precisamente com a questão da Trafaria, e a Trafaria não é só a Trafaria, a Trafaria é Murfacém, a Trafaria é a Corvina, a Trafaria é Pêra e a Trafaria é a gente que lá vive e a gente que lá vive exige uma unidade de saúde familiar que lá existia e que deve continuar a existir ou pelo menos que deve ser reativada. E portanto ou a bancada do PSD inclui na parte deliberativa a exigência da reposição da unidade de saúde familiar na Trafaria ou nós votamos contra.

Relativamente à Moção e o Sr. Deputado do PS já falou, nós acompanhamos, é a Moção da ReDuna, consideramos que de facto há uma tentação elogiosa que é de facto exagerada, no entanto não deixaremos de votar favoravelmente porque consideramos que a iniciativa é de louvar e aparentemente tem sucesso e deve ser alargada a todo o território nacional uma vez que tenha sucesso aqui.

Tentando agora responder, as sugestões feitas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada da CDU são aceites e dizer que em relação ao comentário que o Sr. Deputado José Joaquim Leitão do PS fez sobre a nossa Moção sobre o trabalho voluntário. A participação dos jovens com vista à sua integração no mercado do trabalho, se isto se faz através do voluntariado imaginemos o que



será se se fizer com trabalho pago dignamente, que é isso que nós queremos de facto. Não queremos que o trabalho voluntário se substitua ao trabalho pago com direitos, seja por 3 dias, seja por 3 horas. Não é uma questão de obsessão, passando agora à resposta à Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Ramos da CDU, não é de todo uma questão de obsessão, é uma questão de princípio e eu acredito que os Deputados da CDU presentes nesta bancada saberão muito bem do que eu falo quando falo de questões de princípios.”

**7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para tecer algumas considerações relativamente aos documentos apresentados e aproveitar também para saudar esta coletividade, o Sobredense que penso que seja a primeira vez que nesta legislatura autárquica cá estamos.

Depois começando então pelas Moções do Bloco de Esquerda, eu compreendo que o Bloco de Esquerda neste caso relativamente ao voluntariado, eu compreendo que a história e até a própria realidade transpareça, que exista algum trabalho de voluntariado forçado noutras partes do globo e portanto possa ter sido levado também nesta Moção, digamos assim e passando a expressão, a apresentar uma Moção desta forma. De qualquer maneira nós não acompanhamos o voto favorável nesta Moção, porque parece-nos também que seja abusivo também se calhar estar a qualificar de abusivo este voluntariado. Eu penso que até ao momento ninguém se queixou, penso que até ao momento não temos qualquer indicação que este trabalho seja abusivo e portanto dirigindo-me aqui diretamente ao Bloco de Esquerda, compreendo perfeitamente os pontos de vista, mas não poderemos acompanhar o voto favorável.

Depois relativamente aos cortes na saúde, na Moção do Bloco de Esquerda. E quero também dar aqui indicação que o CDS-PP acompanhará apenas das Moções apresentadas pela CDU, quer pelo PS, quer pelo Bloco de Esquerda, acompanhará apenas a Moção apresentada pelo PSD. E falou-se aqui que também deve-se louvar quando apresentam-se boas políticas quando as políticas são efetivamente boas para os cidadãos e também que se deve criticar quando elas efetivamente não são. Eu penso também e aproveitando a palavra abusivo, eu penso também é um pouco abusivo não reconhecer que o Serviço Nacional de Saúde de há 4 anos para cá está melhor e o investimento, bom os Srs. riem-se e não querem ver a realidade, eu compreendo, compreendo que o Partido Comunista se ria, já não compreendo se calhar por parte do PS que deixou-nos também essa herança do que foi os Governos e o que foi também as políticas de saúde, nomeadamente de um determinado Ministro que deixou a saúde no estado que todos sabemos.

Relativamente ainda nas Moções do Bloco de Esquerda e embora como é evidente temos todo o respeito pelas orientações e pelas opções de cada um, mas o CDS tem princípios doutrinários que não nos leva a acompanhar a Moção pela erradicação e discriminação e



violência contra pessoas lésbicas, bissexuais e transexuais e intersexo. Portanto também não acompanharemos.

Em relação ao incentivo à arte urbana, saudamos esta Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. É uma forma de expressão artística como é evidente, agora recordemos que este tipo de prática tem que ter regras, tem que estar devidamente regulamentada, mas de qualquer forma entendemos que seja uma Moção positiva e vamos acompanhar.

Relativamente à Moção do Partido Socialista sobre a requalificação do espaço público na Freguesia da Charneca e da Sobreda, como é evidente acompanharemos, aliás nós estamos numa Freguesia que tem bastantes carências ao nível da mobilidade, basta sairmos daqui, temos aqui ao lado o Vale da Sobreda que é a realidade que todos nós conhecemos, e portanto faz todo o sentido não só que se fale da requalificação do espaço público nesta União de Freguesias como também nas restantes e portanto acompanharemos de forma positiva este mesmo documento.

Entrando nos documentos da CDU, pelos vistos a CDU tomou parte relativamente à Moção sobre a realização em Almada do Paralímpico 2015 ao qual aproveito também para saudar a equipa portuguesa de Boccia que arrecadou 5 medalhas há dois dias na Polónia. Eu penso que é de louvar e estas questões relativamente a pessoas que infelizmente, enfim nós aqui estamos para tornar esta inclusão na sociedade muito melhor e muito maior. E aproveito também para fazer aqui uma ressalva ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda quando referiu que o Governo retirou os incentivos. Não retirou, Sr. Deputado, o que aconteceu foi um maior rigor no controlo da discriminação positiva. Portanto, eu penso que isso aí também é positivo e de qualquer forma acompanharemos também positivamente esta Moção.

Sobre o Projeto Embaixadores da Saúde - Promoção da Saúde Escolar, acompanharemos também, e relativamente ao Fórum 21 da Criança o mesmo sentido de voto.

Já relativamente ao Fórum do Empreendedorismo da inovação, já foi aqui dito também relativamente, que é necessário fazer muito mais. O CDS-PP reconhece a importância que têm estes eventos, mas muito, aliás o CDS-PP aguarda também que a Câmara possa responder ao requerimento que foi enviado relativamente a estas matérias e da nossa parte efetivamente vamos também votar a favor deste mesmo documento.

A requalificação da Estrada da Foz do Rego e da Costa da Caparica, também votaremos favoravelmente, com uma ressalva, de qualquer forma nós temos nesta questão da requalificação da Estrada Florestal como todos nós sabemos já de há muitos anos para cá existem certas dificuldades quer ao nível do trânsito, quer ao nível de mobilidade, agora nós temos uma posição que vamos manter como é evidente que esta requalificação da Estrada Florestal não tenha qualquer tipo de implicações nas Terras da Costa e portanto mantemos também essa posição.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O fim das limitações à contratação de trabalhadores. Aproveitando, tem sido recorrente há 40 anos estas questões, votaremos contra.

Relativamente à privatização da TAP, é algo que não diz diretamente como é óbvio a Almada, uma Moção apresentada pela CDU. O CDS-PP regozija-se pela privatização da TAP, como se regozijará relativamente à privatização do Metro de Lisboa. Aliás falou-se aqui que era um crime a privatização da TAP. Eu quero informar Sr. Presidente que um crime é impedir as pessoas diariamente de trabalharem, com as greves que têm sido instrumentalizadas, isso aí sim é um crime de impedir que todos os trabalhadores. Aliás eu gostava que fossem para a rua manhã verificar o que é que pensam as pessoas que estão impedidas e dificultadas de trabalhar em Lisboa. Portanto, gostava que isso ficasse ressaltado.

Relativamente ao ReDuna o CDS-PP irá votar também a favor.

Em relação ao documento da CDU chama-se “recusa de subsídio de atividade da Companhia de Dança de Almada”. Primeiro que tudo o CDS-PP reconhece a importância que a Companhia de Dança de Almada tem para o Concelho. Agora, quando este documento é apresentado de que diz que o Governo, como aqui diz, uma decisão arbitrária do Governo que não permitiu criar condições para que a Companhia de Dança tivesse o seu normal funcionamento e portanto mais aqui algumas passagens que não poderemos aceitar. E não podemos aceitar porquê? Como acontece nestas questões, aliás porque se mudou os subsídios, essas verbas eram atribuídas diretamente, estas atribuições são feitas por concurso, portanto pelo que parece a Companhia de Dança de Almada não reuniu as condições para que fosse atribuído este tipo de subsídio, este tipo de verbas. Quando se diz aqui que foi de uma forma discriminatória que o Governo está aqui a impedir o normal funcionamento da Companhia de Dança de Almada, isto não é rigorosamente verdade. Inclusivamente o orçamento para a cultura tem vindo a subir contrariamente àquilo que se passou, como se costuma dizer aqui muitas vezes, aliás o Sr. Presidente da Câmara usa muitas vezes esse argumento, o dinheiro não é elástico, mas se não é elástico para a CMA também não é elástico para o Governo, isto tem que ficar percebido de uma vez por todas. Não acompanharemos da mesma forma esta Moção.

Relativamente ao Congresso de Almada. Saudamos mais uma vez esta iniciativa que foi bastante positiva, esperemos que continue, esperemos que continue noutros moldes. O Sr. Deputado do PS falou aqui que não teve uma participação significativa, bom eu penso que aí é da Câmara de Almada, se os cidadãos não estão interessados, portanto a culpa. Faz parte também, por parte daqueles que não se interessam pela cidadania que realmente deviam-se interessar.

Relativamente ao documento do MST amigo dos cidadãos e do ambiente, votaremos a favor e eu peço por favor a votação ponto por ponto.”



**7.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às propostas feitas pela CDU em relação às nossas Moções, dar nota de que já tiveram ocasião de o dizer, a nossa Moção sobre a Costa da Caparica e o estacionamento como vão votar contra cá estaremos para ver a votação dos demais grupos.

Em relação à requalificação do traçado rodoviário face à intervenção que foi feita pela CDU e não concordante com aquilo que foi também uma conversa informal antes da Assembleia iremos manter a votação.

Em relação ao incentivo ao estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida, eu penso que se é parte daquilo que está já a ser pensado pela Câmara, até por isso faz sentido que possa ser considerada e que possa ser implementada.

Em relação ao serviço de Táxis concordamos com a sugestão que foi feita pela CDU, em relação à retirada do prazo, mas estaremos atentos e diligentemente atentos para que seja concretizado um conjunto de soluções para que este setor seja também mais bem defendido do ponto de vista de implantação territorial no nosso Concelho.

Em relação e muito rapidamente às Moções, a Moção1 da CDU iremos votar contra. O documento 2 iríamos solicitar que pudéssemos votar ponto por ponto. A Moção 3 sobre a requalificação do espaço público iremos votar favoravelmente. A Moção 4 do IHRU iremos votar favoravelmente, apesar dos considerandos estarem bastante descontextualizados. O documento 5 sobre a Estrada Florestal também com alguns desacertos em relação ao contexto, mas iremo-nos abster. O documento 6 da TAP iremos votar contra, muita coisa haveria para dizer sobre isto. Em relação aos cuidados de saúde primários, documento 7, solicitávamos a votação em separado da alínea a). Em relação ao documento 9 iremo-nos abster. Em relação ao documento 10, iremos votar contra. Em relação ao documento 11, do Bloco de Esquerda iremos votar a favor. Em relação ao documento do Bloco de Esquerda sobre os cuidados de saúde, apesar de não acompanharmos os considerandos, a parte deliberativa vai muito de encontro àquilo que é também a nossa posição, apesar de no caso da Trafaria termos visões diferentes sobre aquilo que é a solução exequível, racional e admissível no curto prazo, entendemos que a solução que nos foi apresentada pelo Diretor do ACES parece-nos numa primeira fase e face à necessidade de haver mais médicos de família e para que isso seja operacionalizável a USF que foi criada na Costa e que serve a Costa e a Trafaria garantindo médicos de família para toda a população, parece-nos a nós que é mais racional no curto prazo, mas iremos acompanhar apesar de tudo a deliberação, não os considerandos. Em relação ao documento 13 iremo-nos abster. Em relação ao documento 20 o Festival IN iremos votar favoravelmente, bem como o do Fórum 21 da Criança e questão também do Dia Paralímpico. Em relação ao Congresso de Almada iremos votar contra. Mais à frente e noutra ponto certamente teremos ocasião de desenvolver. Foi uma boa ideia e foi um



bom exemplo de como uma boa ideia pode ser estragada, mas iremos voltar a este tema mais à frente. Em relação ao MST iremos votar favoravelmente, apesar de ser curioso a autoria desta Moção face a um conjunto de soluções que foram viabilizadas pela Câmara que agora se queixa de algumas dessas mesmas soluções e dos impactos que ela acaba por ter na população. Algumas das críticas que agora foram apresentadas resultam das opções do traçado, das opções da obra que a Câmara viabilizou e apoiou e até promoveu. Em relação à questão da Moção sobre a ReDuna, nós iremos votar favoravelmente, mas deixar um lamento. Eu acho que era importante todos nós saudarmos este projeto, é interessante, mas fazer de conta que isto é apenas fruto da intervenção camarária, minimizar o papel da Agência Portuguesa do Ambiente, bem como um projeto que foi financiado pelo POVT, ou seja Fundos Comunitários, eu acho que é minimizar e fazer de conta que isto não é um projeto integrado com a participação de várias entidades, com financiamento assegurado que não pela Câmara de Almada. E era importante salvar todos aqueles que tiveram participação e não dizer que apenas a Câmara foi o alfa e o ômega desta solução quando certamente teve um papel importante para a sua concretização, nós não minimizamos e por isso vamos votar favoravelmente, mas não foi apenas a Câmara, isso era importante que tivesse sido destacado.”

**7.4.7 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só algumas observações em relação às matérias que cabe no essencial à apreciação dos Srs. Deputados e a vossa votação.

Iria começar por algumas anotações mais marginais em relação ao incentivo à arte urbana e expressão artística do Concelho. A proposta que vem é uma proposta interessante, aliás existem experiências tanto em Almada como noutros Concelhos, muito positivas em relação a esta matéria, mas eu queria aproveitar a oportunidade marginal, volto a dizer, em relação àquilo que de fundo aqui é tratado para que nós, temos um problema, um problema com gravidade em relação à forma como abusivamente são usadas as paredes do nosso Concelho para a colocação dos chamados tags, e isso é uma coisa que provoca enorme incómodo às populações e às quais nós não somos alheios. Eu não estou a querer confundir uma coisa com a outra, estou a querer dizer é que nós temos uma oportunidade que é esta que aqui nos é trazida, mas temos um problema real de os resolver e os sensibilizar, os jovens ou não jovens, ou menos jovens por esse tratamento do espaço público que provoca alguma perturbação no plano psicológico, sobretudo às pessoas que vivem em áreas mais afetadas por esse tipo de intervenção.

Em relação à questão do voluntariado, nós estamos perfeitamente de acordo em que deve ser cumprida a legislação laboral vigente. E estamos de acordo em que deve ser firmemente denunciadas todas aquelas situações em que os argumentos mais diversos se impõem aos



trabalhadores em geral, a redução dos seus salários a troco de um emprego desqualificado. Estamos perfeitamente de acordo com isso e sabemos que essa é que é a grande onda em relação à qual todos nós nos devemos orientar. Pensamos apesar de tudo e sabemos que esta Moção está muito condicionada pelo Festival da Costa da Caparica e pelo voluntariado que aí é promovido, que são muitas as centenas de jovens que para poderem estar dentro do Festival, desfrutar durante os 3 dias do Festival, estarem em convívio com uma pequena participação fazem voluntariamente isso, porque assumem essa sua intervenção de um ponto de vista cívico, tal como nós quando formos jovens, mais jovens, menos jovens, em alguma altura da nossa vida voluntariamente participámos em muitas coisas. Não estou já a falar da militância política, mas em muitas intervenções de carácter cívico e social. E portanto, confundir uma coisa com a outra não é positivo, não é bom, numa iniciativa de carácter público, não estamos a falar de um Festival promovido por uma entidade privada, nem sequer é disso que se trata, é uma iniciativa pública e portanto essa confusão não benéfica à confusão cívica dos nossos jovens e faz confundir coisas em que a nossa razão podemos dizer é quase absoluta, não gosto dos absolutos para coisas em que de facto pode haver motivações positivas. E portanto queria deixar esta nota porque a motivação pode, os argumentos são bons, a motivação pode não ser positiva e até pode lançar alguma confusão desfavorável.

A questão das Moções relacionadas com os problemas de saúde no nosso Concelho. Com certeza motivadas pela ida do Sr. Diretor da ACES à Comissão. É positivo que haja esta sensibilização, são problemas já conhecidos que vêm de há longos anos e para os quais é necessário uma forte mobilização dos nossos munícipes, mas também da Assembleia Municipal. É este apelo que fazemos, sabemos que se estivermos unidos nessas causas as coisas se tornam mais fáceis, mas nós estamos numa situação de deficit muito grande. Por iniciativa da Câmara realizou-se há dias uma reunião com o Conselho de Administração do HGO, com os responsáveis da Liga dos Amigos do HGO, com os responsáveis da Cooperativa Almadense de Solidariedade, com o Sr. Diretor do ACES, com a Santa Casa da Misericórdia e enfim com o objetivo de se fazer uma análise ao que se passou no inverno passado, com a elevada taxa de mortalidade que se verificou pelo País naquele período crítico e também com a situação que se viveu nessa altura no HGO. Foi importante que ali se estivesse estabelecido uma relação positiva, foi uma reunião que se realizou por iniciativa da Câmara, ficou agendada uma nova reunião para novembro para se poder decidir sobre as medidas a tomar para o próximo inverno. Conscientes não estamos livres de nos poder acontecer como está agora a acontecer no Paquistão em que uma onda de calor possa pôr em risco a vida dos que estão em situação mais frágil. Todos compreendemos que temos que atuar em conjunto, agora há carências fundamentais a nível dos cuidados sub primários e a nível dos cuidados de saúde que têm que ser superadas e eu chamava atenção para isto, infelizmente não é só na Charneca, não é só na Trafaria, sabemos que em todo o Concelho,



aos vários níveis existem enormíssimas carências e quero-vos dizer até um pouco lendo estas Moções eu sinto que esta Assembleia nas Moções que apresenta está do ponto de vista da consciência dos problemas mais recuada do que os responsáveis dos serviços de saúde em relação a isto. Lamento dizê-lo mas é verdade. Estamos pouco informados sobre a dimensão do problema. Bastava ter assistido à reunião, ter lá estado, ouvir o que ouvimos para perceber que os problemas são de facto de grande dimensão, mas de qualquer maneira as Moções serão um contributo importante para nos ajudar a fazer frente às dificuldades.

Também compreendo que, realizando-se esta Assembleia Municipal na Sobreda que haja um conjunto de questões que se refiram a estas outras Freguesias do nosso Concelho, mas ao ver as Moções relacionadas com o espaço público e os problemas de mobilidade e estacionamento poderíamos pensar que tudo em Almada, Cova da Piedade, Cacilhas, Pragal, Feijó e Laranjeiro estava ótimo, até se chega ao ponto de se dizer que queremos a igualdade, portanto parece que está tudo muito bem num lado e está tudo muito mal no outro, não é verdade. Sabem bem que não é verdade, nunca foi essa a nossa opinião e não vou agora fazer favores a ninguém. Nós sabemos que temos um problema que é um problema que não é só nosso, lamento dizê-lo aos Srs. Deputados da oposição, mais oposição, menos oposição, é um problema que o País tem que procurar resolver de várias maneiras. Há aqueles que dizem não entram cá os carros anteriores a mil novecentos e não sei quantos e nós já dissemos que é um problema de grande dimensão. E portanto, a melhor solução nós em relação a estas matérias é que fizéssemos baixar estas Moções a uma Comissão da Assembleia Municipal com o compromisso da Câmara que acompanharia também o trabalho dessa Comissão e procuraríamos progressivamente e tomando as medidas adequadas para que as coisas pudessem ir sendo corrigidas estando todos conscientes da prioridade que em relação a cada área e a cada momento deveria ser dado naturalmente com o registo das reclamações dos munícipes de que os Srs. Deputados são também portavoz. Mas fazer disto uma questão como se tudo fosse resolvido por ali, não é correto e em relação à Costa da Caparica eu lembrava-me uma coisa que uma familiar minha dizia muitas vezes e eu já tenho dito, é quando a raposa anda aos grilos mal pela mãe pior pelos filhos. E parece-me que nós em relação à Costa da Caparica andamos aos grilos. O grande problema da Costa é do ordenamento da Costa, é o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica que tem um problema gravíssimo com a liquidação do CostaPolis e do projeto que está associado. Desculpem que vos diga, não quer dizer que não se possam tomar medidas para minorar, para remediar, mas minorar ou remediar não é resolver. Não vamos estar a enganar as pessoas. O problema da Costa no momento atual e na sua perspetiva de desenvolvimento resolve-se com isto que aqui está? Desculpem mas não se resolve.



O problema de acesso à Costa com uma única entrada pelo IC20, a outra pela Trafaria, alivia agora um bocadinho melhor e com o resto, pensam que é assim que se resolve? Então e a Estrada Florestal? Está lá o projeto, mas agora a notícia que nos vem é que o Governo ainda não avançou para a assinatura do protocolo que está apresentado e que foi apresentado à Assembleia Acionista da CostaPolis, porquê? Porque como há um conjunto de processos judiciais pendentes e como precisa dizem, de garantir o dinheiro para que os processos judiciais no caso de serem perdidos sejam pagos, então enquanto não fizer bem as contas não há dinheiro para a Estrada Florestal, o que quer dizer que apesar do Plano estar feito nós não temos Estrada Florestal feita e corrigida na época balnear de 2016. É esse o risco que estamos a correr e essa é a questão central do ordenamento do trânsito, do aproveitamento do estacionamento das praias do sul. E naturalmente essa é uma questão grossa, para além do problema enormíssimo de segurança que é com centenas e centenas de autocarros carregados de crianças metidos naquela zona. Se houver ali um acidente quem é que resolve o acidente Srs. Deputados? Sabendo nós de fonte segura que aquilo é um problema, é por lá termos os Bombeiros instalados durante os três meses ou quatro, ou cinco meses do ano que vamos resolver? Nós sabemos que o problema da Estrada Florestal é uma emergência, tem quer ser resolvido. Mas está-se aqui a fazer esta pequena contabilidade, anda-se um bocadinho aos grilos. Eu não sou favorável, acho que se deve fazer tudo para minorar, mas devo dizer, cria-se um Grupo de Trabalho, a Comissão da Assembleia Municipal tem condições para funcionar com os técnicos, com os apoios e faça-se caminho em relação às questões múltiplas que há do ordenamento do trânsito e de melhoria do espaço público.

E em relação a estas questões é o que tinha para dizer, acho que apesar de tudo, lamento, mas ainda estamos mesmo da parte da oposição que normalmente é mais exigente nestas matérias muito aquém daquilo que seria de esperar e que seria desejado. Portanto, também nesse aspeto não podia deixar de lamentar.”

**7.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

E porque importa malhar no ferro enquanto ele está quente, eu volto à questão, porque não posso deixar passar em claro algumas coisas que aqui foram ditas.

O Sr. Deputado António Pedro Maco do CDS, disse no decorrer da sua intervenção que até ao momento ninguém se queixou de certa forma o Sr. Presidente da Câmara não acompanhou o que o Sr. Deputado do CDS disse mas veio depois dizer que a confusão não é benéfica quando se fala de voluntariado e do âmbito dos festivais e que é disso que estamos aqui a tratar. Eu gostava de dizer que no ano passado dia 16 de agosto de 2014 num site do portal sapo, direcionado para os jovens, um site de música chamado on the hop, saiu um artigo, dia 16 de agosto saiu um artigo intitulado o “Sol da Caparica, o outro lado



dos festivais voluntários” e o artigo começa com esta frase que ajuda a perceber porque é que naturalmente até ao momento ninguém se queixou e porque é que ninguém se vai queixando, a frase diz isto tão somente, “Um Festival não se faz sem voluntários.”. Uma Moção de teor idêntico a esta foi aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa com os votos favoráveis das bancadas da CDU, do PS, do PSD e do CDS e naturalmente a do Bloco de Esquerda também.

O ano passado o PS votou contra uma Moção que nós apresentámos de reação no imediato à possibilidade de o trabalho voluntário no Festival o Sol da Caparica, este ano abstém-se e porque nós acreditamos que o caminho se faz caminhando e nós estamos cá para o percorrer, talvez para o ano o PS já nos acompanhe nesta matéria e portanto se calhar para o ano a ela voltaremos apesar de sermos acusados de obsessivos ou o que quer que seja, já falámos sobre isso.

Dizer apenas para terminar, porque não posso também deixar passar em claro, o que o Sr. Deputado do CDS aqui disse sobre a TAP e sobre as greves, dizer que as greves são um crime, não, não são, já foram, deixaram de o ser e não passou ainda assim tanto tempo para que possamos ter esquecido o que acontecia a quem lutava para que os seus direitos fossem reconhecidos.”

**7.4.9 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Nuno Matias, porque ou eu não me expliquei bem ou ele não percebeu e baralhou-se, porque de facto eu não disse que nós íamos votar contra aquela Moção/Deliberação que nós sugeríamos que baixe à Comissão. O que eu disse, sim, mas o Sr. continua a não responder se aceita ou não a descida à Comissão. E portanto pareceu-me que disse, não vale a pena porque disse que iam votar contra. Não. O que nós dissemos que votávamos contra tendo em conta as queixas que temos dos residentes na Costa, era sobre o estacionamento e a ECALMA e aquela coisa toda. Agora, de facto relativamente àquela conversa que houve e que reiteramos tal como pedimos ao PS, sim ou não concorda com a descida à Comissão nos termos exatos em que o Sr. Presidente agora reafirmou, enfim isso é que está para nós por esclarecer.”

**7.4.10 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De facto por lapso não esclareci o entendimento do Grupo Socialista sobre esta proposta. A possibilidade de em sede de Comissão nos debruçarmos sobre estas matérias e eventualmente sobre outros assuntos conexos e podermos fazê-lo com o apoio técnico da Câmara, penso que poderá enriquecer o trabalho da Assembleia e poderá vir a beneficiar de forma significativa os utentes, os Municípes pela possibilidade de aprofundar o conhecimento das situações e convergir esforços e canalizar recursos para as situações mais prioritárias. E



portanto, nós aceitamos a sugestão de baixa à Comissão relativamente ao nosso documento 3.”

**7.4.11** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queríamos fazer uma sugestão, que baixasse à Comissão sem votação, no caso do PSD insistir que vai a votação nós queremos apresentar um requerimento.”

**7.4.12** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu penso que foi claro a posição da CDU em relação à proposta que fez e nós fomos claros em relação à intenção de votação, sem prejuízo do interesse que teremos, independentemente do sentido de voto que se possa dirimir, estas questões em sede de comissões, porque isso em nenhum momento fica posto em causa.”

**7.5** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

**7.5.1** - A Moção/Deliberação “Exigir o fim das limitações à contratação de trabalhadores”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.5.2** - A Moção/Deliberação “Pelo acesso a cuidados de saúde primários na Freguesia da Charneca de Caparica”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Salvado, foi aprovada por maioria, por pontos:

**Introdução e 1º Ponto** foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**2º Ponto** foi aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

**7.5.2.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Pelo acesso a cuidados de saúde primários na Freguesia da Charneca de Caparica”



A oferta de serviços de saúde públicos no concelho de Almada tem vindo a sofrer uma degradação paulatina, situação à qual não é alheia a configuração presente do Sistema Nacional de Saúde e as suas fragilidades na gestão a vários níveis, e na reconfiguração, em particular, dos serviços de proximidade, vulgo, os antigos centros de saúde, atuais Unidades de saúde tipificadas consoante a natureza da oferta de atendimento em termos de recursos humanos, entre outros critérios que não importa neste âmbito detalhar.

A falta de médicos de família para que, pelo menos, o universo dos utentes inscritos esteja coberto tem gerado um descontentamento generalizado na população de Almada, em particular de forma mais vincada, nalgumas freguesias mais populosas, como é o caso da Charneca da Caparica, onde a % de inscritos sem médicos de família é muito acentuada: mais de metade da população sem médico de família atribuído!

Esta situação tem origem num problema generalizado de fundo que afeta todo o sistema nacional de saúde em praticamente todo o território nacional. A recente reorganização em agrupamentos de saúde assente numa tipologia diferenciada de unidades de atendimentos veio gerar graves problemas de gestão e desigualdades na oferta de uma resposta que supostamente se desejou transformar em prol do aumento da qualidade de vida das populações.

Tal desejo não se tem vindo a concretizar e não se pode aceitar que os problemas gerados se perpetuem, ou seja, não é admissível que a Charneca da Caparica não tenha até hoje uma Unidade de Saúde Familiar e se mantenha apenas com uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, ou seja, com a resposta mais básica que o novo modelo de gestão concebeu.

Quer pelo tipo heterógeno de população, quer pela dimensão territorial e populacional desta freguesia, não se compreende que até ao momento não exista um investimento direcionado para colmatar a grave situação que ocorre nesta freguesia do ponto de vista do acesso a cuidados de saúde primários.

Têm sido várias as iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil a demonstrar o grave erro ali cometido e os graves danos que tal situação acarreta, quer para a população, quer para o próprio sistema de saúde que acaba por outras vias, não desejáveis, ter que dar uma resposta alternativa e deficitária, o caso das idas injustificadas às urgências nos hospitais centrais.

Tem também sido público o reconhecimento por parte das entidades oficiais, nomeadamente por parte dos dirigentes que tutelam estas matérias de que há necessidade de intervir no sentido da criação de uma Unidade de Saúde Familiar acautelando mais médicos de família e acautelando um direito consagrado: o acesso à saúde. Direito esse que tem vindo a ser minimizado em virtude das ofertas terem sido desvirtuadas. Não é por acaso que os problemas de atendimento nas urgências dos hospitais têm vindo a piorar. Esta situação



decorre precisamente porque ao nível da proximidade, as ofertas criadas não têm sido capazes de responder às necessidades para as quais foram pensadas, quer porque há falta de médicos naquelas unidades, quer porque os horários de atendimentos foram encurtados, quer porque nalgumas unidades o sistema de atendimento em caso de urgência na verdade não o é, porque não é permanente.

Face a este problema estrutural, têm sido operados alguns remendos, nomeadamente a disponibilização de médicos com o 4º ano na UIN da Charneca, entre outras pequenas intervenções casuísticas e temporárias que apenas resolvem questões pontuais deixando a descoberto a cabal resposta que o sistema nacional de saúde tem que acautelar: um médico de família para cada cidadão, medida, aliás, que para além de um direito, acaba por a médio e longo prazo diminuir os custos e as despesas com saúde em termos globais. Está comprovado que o não acompanhamento regular em termos médicos acarreta maiores custos de saúde porque assenta numa política de saúde pelo tratamento da doença em vez de ser uma política de saúde pela prevenção da doença.

Face a estes considerandos, o grupo parlamentar do PS propõe que em Assembleia Municipal, realizada a 25 de Junho na freguesia da Sobreda, se delibere o seguinte:

- reiterar a necessidade urgente da criação de uma Unidade de Saúde Familiar de forma a minimizar os custos sociais e financeiros inerentes à falta de acesso aos cuidados de saúde primários por parte de uma percentagem muito elevada da população da Freguesia da Charneca de Caparica, sendo que para isso deverá ser rapidamente agilizado o processo de candidatura da atual USCP a USF;
- exigir, junto da ACES Almada/Seixal que a curto prazo, pelo menos, o atendimento telefónico no seio da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Charneca de Caparica seja reposto por forma a minimizar algumas das necessidades daquela população que podem ser atendidas por essa singela via.

**7.5.3** - A Moção/Deliberação “Requalificar o espaço público na União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos foi deliberado por unanimidade baixar à 3ª Comissão.

**7.5.4** - A Moção/Deliberação “Recuperação dos bairros sociais do IHRU”, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

**7.5.5** - A Moção/Deliberação “Requalificação da Estrada Florestal da Foz do Rego, Costa da Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das



Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**7.5.6** - A Moção/Deliberação “Contra a privatização da TAP pela defesa dos interesses do País”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.5.7** - A Moção/Deliberação “Pela melhoria do acesso das populações aos Cuidados de Saúde Primários”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria, por pontos:

**A alínea a)** foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

**Introdução e restantes alíneas** foram aprovadas por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**7.5.8** - A Moção/Deliberação “Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria, por pontos:

**O Ponto 2** foi aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.), dez votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**Introdução e restantes pontos** foram aprovados por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE,



do PAN e Ind.), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**7.5.8.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Pela erradicação da discriminação e da violência contra as pessoas lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexo”

No passado sábado, dia 20 de Junho, teve lugar, em Lisboa, a 16ª Marcha do Orgulho lésbico, gay, bissexual e transexual (LGBT). O mote da Marcha deste ano foi: “Contra a violência, quebra o silêncio!”.

Há cada vez mais registos de crimes de ódio cometidos contra pessoas LGBT. Embora haja cada vez mais denúncias, há também ainda demasiados silêncios.

O bullying homofóbico, lesbofóbico, bifóbico e transfóbico continua a ser uma realidade nas ruas, nas casas que deviam ser lares, nas escolas, nos locais de trabalho - e muitas vezes também é silenciado. Por isso é cada vez mais fundamental a educação sexual, a educação para a cidadania e a formação, muito para além das escolas, para denunciar e combater todas as formas de bullying.

A desinformação, o silêncio e a violência passam também o direito à saúde. As pessoas trans continuam a não ter acesso a cuidados de saúde competentes e que respeitem a sua autonomia e identidade. Face à ausência de resposta atual no Serviço Nacional de Saúde (SNS) exige-se do Estado, com urgência, soluções alternativas, gratuitas e de qualidade para todas as pessoas trans que aguardam cirurgias. A doação de sangue continua a ser impedida em muitos casos para homens que têm sexo com homens, com critérios estigmatizantes, discriminatórios e errados. Como consequência da discriminação, as pessoas LGBTI evitam muitas vezes recorrer a profissionais de saúde, perdendo, em silêncio, o acesso a um direito que tem que ser universal.

Os silêncios ainda são a regra no trabalho, reforçados pelo medo acrescido que a austeridade veio impor. Viver em silêncio também é uma violência quotidiana para muitas pessoas LGBT. É imperativo quebrar todos estes silêncios e garantir que todas as pessoas têm o direito de afirmar a sua identidade sem hesitações.

Também por isso, não é aceitável o silenciamento da autonomia das pessoas trans, sendo fundamental a despatologização das identidades trans para garantir o direito de todas as pessoas a viverem livremente a sua identidade.

Por sua vez, o silêncio sobre as pessoas intersexo tem também que acabar. Porque a vontade de silenciar pessoas intersexo significa ainda violentas mutilações à nascença, que são violações gritantes de Direitos Humanos.

E é inaceitável o silenciamento das famílias, que são diversas e múltiplas. No que concerne à parentalidade, é essencial denunciar e condenar a violência simbólica de leis que dizem às pessoas que não podem ser o que já são: mães ou pais. É inaceitável também a existência



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de uma lei da procriação medicamente assistida que exclui o acesso a mulheres solteiras e casais de mulheres e que é uma violência sobre a autonomia das mesmas.

É fundamental que, em conjunto, todas e todos trabalhemos para garantir condições para quebrar o silêncio, para denunciar e combater todas as violências.

Almada, sendo uma cidade diversa e respeitadora da diferença, deverá não só acolher iniciativas públicas que deem visibilidade às causas LGBTI, mas também contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação, violência e silenciamento das pessoas LGBTI.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Junho de 2015, delibera:

1. Saudar a realização da 16ª Marcha do Orgulho de Lisboa, todas as organizações nela envolvidas bem como todas as pessoas que nela participaram;
2. Saudar a Câmara Municipal pela sua prática interna de plena igualdade;
3. Assumir uma posição clara e inequívoca contra o silenciamento das pessoas LGBTI, denunciando e combatendo todas as violências.
4. Apelar a todos os intervenientes com responsabilidade política que garantam condições para:
  - a) acabar com a discriminação de casais do mesmo sexo nos processos de adoção;
  - b) garantir o acesso de todas as mulheres à procriação medicamente assistida;
  - c) que seja implementada a Deliberação da Assembleia da República que proíbe a discriminação de homens que fazem sexo com homens das dádivas de sangue;
  - d) que as identidades trans sejam despatologizadas bem como sejam erradicadas as cirurgias de reatribuição de sexo à nascença;
  - e) assegurar o real acesso a cuidados de saúde, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

**7.5.9** - A Moção/Deliberação “Pelo cumprimento da legislação laboral e não recurso abusivo a voluntariado nas iniciativas com apoio da Câmara Municipal de Almada”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi rejeitada por maioria com vinte e quatro votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD e do CDS-PP) quatro votos a favor (de eleitos do BE, do PS - Sr. Deputado Municipal Nuno Pinheiro e Ind.) e dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PAN).

**7.5.10** - A Moção/Recomendação “Incentivo à Arte Urbana e à Expressão Artística no Concelho”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.10.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Incentivo à Arte Urbana e à Expressão Artística no Concelho”



A arte urbana é uma expressão artística que se desenvolve por intervenções no espaço público. Tem cada vez mais adeptos e artistas, mas continua a carregar aos ombros inúmeros preconceitos e a enfrentar inúmeras dificuldades para o seu pleno desenvolvimento.

Reconhece-se que o Município de Almada tem tido diversas iniciativas no sentido da dignificação destas atividades, promovendo e incentivando a arte urbana e a expressão artística no concelho.

É, no entanto, possível fazer mais. A Câmara Municipal de Almada, em conjunto com as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesias, devem identificar e disponibilizar locais onde se possam fazer estas intervenções em espaço público, promovendo o desenvolvimento dos artistas concelhios e, ao mesmo tempo, a regeneração e transformação do espaço público.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 25 de Junho de 2015, recomenda:

1) Que a Câmara Municipal, em conjunto com as Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesias, continuem a identificar os locais como muros e fachadas e que disponibilizem estes mesmos espaços a artistas urbanos que ali queiram fazer uma intervenção.

**7.5.11** - A Moção/Deliberação “Os cortes na saúde afetam a qualidade dos cuidados prestados”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

**7.5.12** - A Moção/Deliberação “Recusa de subsídio à atividade da Companhia de Dança de Almada”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**7.5.13** - A Moção/Deliberação “Pela melhoria das condições de acesso e estacionamento rodoviários nas zonas balneares da Costa da Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi aprovada por maioria por pontos:

**Todo o documento exceto o ponto III** foi aprovado por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

**Ponto III** foi rejeitado por maioria com trinta votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;



Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE), seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e duas abstenções (da eleita do PAN e Ind.).

**7.5.13.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Pela melhoria das condições de acesso e estacionamento rodoviários nas zonas balneares da Costa da Caparica”

A prossecução de políticas públicas capazes de responder aos desafios dos territórios e dos tempos deve reconhecer as particularidades de circunstância própria do meio a que respeitam. No entanto, embora reconhecidas tais características individuais, compete aos organismos do Estado assegurar a justeza de tratamentos e a igualdade na condução da ação pública. Nestes sentidos, compete-nos realçar que a valorização dos territórios ocorre, em grande medida, por via do reconhecimento das suas características endógenas, as quais compete ao Estado complementar no sentido de adequar a promoção das suas potencialidades à garantia do bem-estar das populações locais. Ainda assim, e sendo estes fenómenos inerentes às atividades como as do turismo, é imperativo reconhecer a necessidade de bem-receber e de assegurar a dinamização da atividade económica.

Em particular, no concelho de Almada, deve relevar-se a relevância da Costa da Caparica e das suas potencialidades próprias, as quais não devem ser comprometidas pela ação política, sendo de salientar que, à data, as decisões tomadas a nível dos acessos rodoviários e do estacionamento ameaçam as condições de atratividade da freguesia.

Deste modo, atendendo:

12. Ao princípio da época balnear e à (re)abertura, na Costa da Caparica, de diversas atividades económicas sazonais;
13. Ao acréscimo de procura de carácter sazonal (e, por isso, circunscrito no tempo) que ora se regista;
14. À necessidade de atrair visitantes à economia da Costa da Caparica, já reconhecida por via da dinamização de um festival de Verão, por forma a que se possa maximizar o influxo de recursos monetários necessários à manutenção da qualidade de vida local nas restantes alturas do ano;
15. Ao fato de a fração maioritária dos influxos turísticos da região terem como destino as praias da Costa da Caparica, com impacte necessário nas atividades económicas locais;
16. A que existe, deste modo, a necessidade de se potenciarem as necessárias condições de atratividade do território;
17. A que não será, mormente, um festival que assegurará a dinamização económica da Costa da Caparica durante todo o Verão;
18. A que as condições de atratividade da Costa da Caparica são prejudicadas pelas condições de acesso rodoviário e de estacionamento;



19. A que, por ora, se verifica a fiscalização de estacionamento na Costa da Caparica, pela ECALMA, durante os fins-de-semana, incluindo Domingos até às 19h;
20. A que tais períodos de atuação da ECALMA na Costa da Caparica diferem dos verificados nas restantes freguesias do concelho de Almada;
21. A que não se verifica, por algumas vezes, a correta sinalização das zonas e horários de atuação da ECALMA, ao que se junta a confusão inerente à disparidade de tratamento entre as várias freguesias do concelho;
22. A que os fatores supra-enunciados são passíveis de contribuir para a deterioração da atratividade do concelho de Almada e, em especial, da Costa da Caparica, no contexto das atividades balneares, com impacte necessário na economia da região.

Considera-se crucial reforçar o comprometimento da autarquia com as condições de acesso às zonas balneares da Costa da Caparica, bem como do enquadramento infraestrutural e regulamentar em que ocorre o estacionamento, garantindo a igualdade de circunstâncias em relação às restantes freguesias do concelho de Almada.

Deste modo, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 25 de junho de 2015, delibera:

- V. Reiterar a sua preocupação e particular cuidado com as condições de acesso à Costa da Caparica e às suas praias, bem como de estacionamento na freguesia;
- VI. Recomendar ao Executivo Camarário que promova, a breve trecho, o estudo das necessidades de equipamento e infraestruturas em todas as praias da Costa da Caparica e terrenos circundantes, bem como do seu enquadramento legal, jurisdicional e proprietário, por forma a garantir a melhor condição de acesso e estacionamento em todas as praias da Costa da Caparica;
- VII. Em particular, recomendar ao Executivo Camarário que tenha especial atenção às dificuldades sentidas pelos moradores da Costa da Caparica, reiterando a necessidade de se garantir a igualdade de tratamentos (e investimento) nas várias freguesias do concelho de Almada.

**7.5.14** - A Moção/Deliberação “Pela requalificação do traçado rodoviário do Município”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e dezoito abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreira; Laranjeiro e Feijó).

**7.5.15** - A Moção/Deliberação “Incentivo ao estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Catarina Lopes, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e dezoito abstenções (de



eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

**7.5.16** - A Moção/Deliberação “Serviço de táxi - melhoria das condições de exercício e de oferta”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Salgueiro, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.16.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Serviço de táxi - melhoria das condições de exercício e de oferta

O transporte público de táxis é um tipo de transporte com exigências peculiares tais como proximidade, rapidez, conforto, custo acessível, eficiência e afabilidade profissional.

A boa satisfação pelos clientes deste tipo de transporte não é possível sem a excelência na “*Resposta*” ao que ao que se espera e se exige do profissional de condução e da autarquia.

À autarquia exige-se *consciência* e *ação*: tratando-se de um serviço público como tal deve ser visto, julgado e priorizado relativamente ao transporte individual.

A localização das “praças” junto dos locais com maior procura, a permissão de circulação por itinerários exclusivos, a existência de coberturas de proteção da inclemência solar são “procedimentos” que, na esmagadora maioria dos casos, sendo óbvios, têm concretização tardia o que leva a um decréscimo da qualidade do serviço prestado. A necessidade de melhores locais para as praças de táxis é um sinal de apoio a esta atividade.

Neste sentido, a Assembleia de Municipal de Almada, reunida em reunião ordinária de Junho de 2015, delibere:

Que o executivo camarário apresente, ouvidos que sejam os profissionais do setor e as suas associações representativas, um plano de melhoria das condições de oferta e funcionamento das praças de táxis por todo o território do nosso município.

**7.5.17** - A Moção/Deliberação “Mais Médicos de Família para Almada”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi rejeitada por maioria com trinta e um votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e Ind.), seis votos a favor (de eleitos do PSD e CDS-PP) e uma abstenção (da eleita do PAN).

**7.5.18** - A Moção/Deliberação “Sobre o projeto Embaixadores da Saúde-Promoção da Saúde Escolar”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.18.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Sobre o Projeto Embaixadores da Saúde - Promoção da Saúde Escolar”

Realizou-se no passado dia 26 de maio o V Fórum de Embaixadores da Saúde, ao nível das crianças e Jovens do Concelho de Almada, da responsabilidade da Equipa de Enfermagem de



Intervenção Comunitária e de Saúde Escolar da Unidade de Cuidados na Comunidade de Almada.

O Projeto Embaixadores da Saúde teve início no ano letivo de 2009/2010 de alerta, consciencialização e resistência à ameaça da pandemia da gripe A. Foi neste contexto que foram constituídos os Embaixadores da Saúde, em cada turma, nos vários níveis de educação e ensino do Concelho de Almada, desde o pré-escolar ao ensino secundário.

No presente ano de 2015 foram envolvidos direta ou indiretamente 26.720 alunos, e 2212 professores e educadores e 930 funcionários não docentes. Participaram no Projeto todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Concelho de Almada, contemplando 33 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, em que se destacam os seus 520 Embaixadores e 12 Escolas do 2º, 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário com os seus 428 Embaixadores.

O Fórum dos Embaixadores que se realiza anualmente culmina o trabalho de excelência desenvolvido no âmbito da saúde das crianças e jovens estudantes, de reconhecimento do empenho e desempenho dos Embaixadores da Saúde e suas Escolas, o envolvimento das Famílias com a apresentação dos diferentes temas, partilhando experiências, ilustrando assim o trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo em conjunto com a equipa de saúde escolar.

O Projeto dos Embaixadores da Saúde de Almada é um projeto considerado e reconhecido de excelência para a promoção da saúde em meio escolar, integrado no Programa Nacional de Saúde Escolar, implementado, dinamizado e desenvolvido criativamente, pela Equipa de Intervenção Comunitária da UCC de Almada - “A Outra Margem”.

O trabalho desenvolvido pela Equipa de Enfermagem, e pelos Embaixadores, o contributo empenhado dos Professores, Educadores e Funcionários Escolares e a participação das Famílias, certamente vêm contribuindo para a construção de comportamentos e a adoção de hábitos de vida saudáveis, e assim “Melhorar a saúde das crianças e dos jovens e da restante comunidade educativa”.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 25 de junho de 2015, delibera:

- 1 - Reconhecer a importância para o Município de Almada do Projeto Embaixadores da Saúde enquanto meio para a promoção e educação para a saúde;
- 2 - Saudar e valorizar a realização anual do “Fórum de Embaixadores da Saúde” enquanto espaço e meio de divulgação do trabalho desenvolvido durante o ano e de partilha de experiências, assim como de afirmação e coesão comunitária.
- 3 - Proclamar o mérito dos Embaixadores da Saúde, crianças e jovens envolvidos, das Escolas Embaixadoras da Saúde com os seus professores, educadores e auxiliares de educação, e as Famílias, que acreditam e se envolvem no projeto, levando às demais crianças e jovens os comportamentos e hábitos de vida saudáveis;



4 - Louvar a Equipa de Enfermagem de Intervenção Comunitária da UCC de Almada - “A Outra Margem” - nas pessoas das Enfermeiras Céu Gonçalves, Alexandra Gonçalves, Cristina Santana, Emília Diogo e Estela Sena, pelo empenho e desempenho num projeto que se afirma de excelência na estratégia de Educação para a Saúde da comunidade escolar almadense.

**7.5.19** - A Moção/Deliberação “Sobre a participação de Almada no Festival IN 2015 - Inovação e Criatividade”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e dez abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica,).

**7.5.19.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Sobre a participação de Almada no Festival IN 2015 - Inovação e Criatividade”

Considerando que se realizou na Feira Internacional de Lisboa, nos passados dias 23 a 26 de abril de 2015, o Festival IN, o maior evento dedicado à inovação e à criatividade realizado na Península Ibérica, com uma forte e destacada participação do Município de Almada.

O Festival contou com a participação de 397 entidades, ocupando 40 mil m<sup>2</sup>, em que se realizaram mais de 400 atividades diversas, entre as quais 92 espetáculos, além de conferências e workshops, e recebeu mais de 57 mil visitantes.

Almada destacou-se na mostra do seu Concelho inovador e criativo através da presença dos jovens empreendedores e criativos que no concelho estudam e trabalham, de projetos desenvolvidos em rede, de apoios municipais existentes, assim como projetos para o futuro.

O espaço Almada, muito visitado, integrou:

- Três incubadoras de empresas localizadas no concelho: Quarteirão das Artes, Núcleo Empresarial de Almada Velha e o Madan Parque de Ciência e Tecnologia;
- Diversos programas e apoios municipais dedicados aos jovens empreendedores;
- Companhias profissionais de teatro e dança do concelho e os principais eventos culturais promovidos em Almada;
- Vários projetos desenvolvidos em rede, nomeadamente na área da Educação, do Ambiente e da Cultura;
- Centros de investigação associados às faculdades localizadas em Almada, um dos principais polos universitários da Área Metropolitana de Lisboa;

O Festival IN é organizado pela Fundação AIP, sendo assumido como o maior evento agregador de inovação e criatividade da Península Ibérica, tendo por objetivo a promoção do que melhor se faz em Portugal no sector das Indústrias Culturais e Recreativas.



Segundo a Diretora-Geral da AIP a “importância da parceria com a Câmara Municipal de Almada para dar a conhecer serviços e produtos inovadores criados no concelho. Juntamente com as Câmaras Municipais de Lisboa e Oeiras, também parceiras do evento, pretendemos colocar a região de Lisboa no mapa internacional das cidades criativas”.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 25 de junho e no âmbito da participação de Almada no Festival IN 2015, delibera:

- 1 - Apoiar, reconhecendo a importância para o desenvolvimento do Concelho e sua afirmação como centralidade, a participação da Câmara Municipal de Almada no Festival de Inovação e Criatividade - Festival IN 2015 - em parceria com a Fundação AIP;
- 2 - Regozijar-se com o sucesso alcançado por Almada, pela excelência dos seus participantes, na 2ª Edição do Festival IN 2015, realizado em abril na Feira Internacional de Lisboa.

**7.5.20** - A Moção/Deliberação “Sobre o Fórum da Criança da Agenda 21 da Criança”, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.21** - A Moção/Deliberação “Sobre a Realização em Almada do Dia Paralímpico 2015”, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.22** - A Moção/Deliberação “Congresso Almada: pensar o futuro”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma, foi aprovada por maioria com trinta de três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e cinco votos contra (de eleitos do PSD).

**7.5.22.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Congresso Almada: pensar o futuro”

Nos dias 12, 13 e 14 de junho, realizou-se o primeiro Congresso Almada: pensar o futuro. Envolvendo todos os órgãos autárquicos do Concelho de Almada - Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesias e Assembleias de Freguesias - bem como os representantes das forças políticas com assento na Assembleia Municipal, e com uma ampla participação dos cidadãos e cidadãs do nosso Concelho, este Congresso traduziu-se no que já tinha sido evidenciado nas onze sessões temáticas ocorridas nas Freguesias: ampla participação, elevação do debate e dos seus conteúdos, aprofundando a relação entre todos sobre os atuais desafios que se colocam ao Poder Local Democrático e às grandes linhas de desenvolvimento para o Concelho de Almada, enquanto território integrado na Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa.

Refira-se que este Congresso resulta de um compromisso assumido no Programa Eleitoral da CDU às últimas eleições autárquicas, integrado nas Opções do Plano da Câmara Municipal,



com o objetivo de envolver os representantes eleitos por sufrágio pelo povo almadense, o que veio a suceder, apelando à participação cidadã num sentido coerente da identidade interventiva da população do nosso Concelho, a qual respondeu afirmativamente a esta chamada onde deixou expresso a reflexão e contributo para a construção da visão sobre o nosso futuro comum, sem esquecer as referências fundamentais do caminho percorrido, as novas realidades e os instrumentos de que dispomos para construir cidade, numa lógica de planeamento e desenvolvimento urbano sustentável e solidário no quadro do processo de revisão do Plano Diretor Municipal em curso.

Saliente-se, ainda, que este processo de debate e participação dos cidadãos e eleitos no âmbito do Congresso Almada foi valorizado e sublinhado pelo Presidente da Câmara Municipal, lançando o desafio de que no futuro o mesmo tenha continuidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 25 e 26 de junho de 2015, delibera:

3. Saudar a realização do Congresso Almada: pensar o futuro, e os seus organizadores, pelo grande êxito que revestiu este importante momento de reflexão e debate sobre a realidade atual e as perspetivas de desenvolvimento futuro.

4. Realçar e valorizar a participação dos e das Almadenses, tanto nas sessões de debate público nas onze Freguesias do Concelho, como nas sessões planárias de 12, 13 e 14 de junho em Almada.

**7.5.23** - A Moção/Deliberação “Por um MST amigo dos Cidadãos e do Ambiente”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria, por pontos:

Introdução até ao Ponto 1 foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 2** foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 3** foi aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (do eleito do CDS-PP).

**Ponto 4** foi aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

**7.5.23.1** - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação “Por um MST amigo dos Cidadãos e do Ambiente”



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O Metro Sul do Tejo é um projeto estruturante para o desenvolvimento local, regional e metropolitano, um meio de transporte coletivo moderno, e determinante para garantir a diversificação da mobilidade dos cidadãos.

O MST foi um sonho apenas em parte realizado assumido como desígnio a melhoria das condições de mobilidade das populações através de um meio de transporte acessível, rápido, eficaz e amigo do ambiente, unindo os Concelhos do Arco Ribeirinho Sul - Almada, Seixal, Barreiro e Moita.

Importa, sendo facilmente verificável, promover a qualidade dos transportes públicos para que sejam mais atrativos, quer reforçando a qualidade, a regularidade, a segurança, quer praticando preços acessíveis.

É neste quadro que se integra a reivindicação da integração do MST no sistema de passe social intermodal sem custos adicionais para os utentes enquanto fator imprescindível para a atratividade e deste meio de transporte com a conseqüente redução da utilização do transporte individual que acarreta altos custos energéticos e ambientais.

Outra questão também importante e que provoca forte descontentamento nos cidadãos residentes nas áreas próximas ao espaço canal do MST é o ruído que as carruagens produzem.

As queixas e reclamações dos cidadãos chegam aos órgãos autárquicos com frequência, desde residentes da avenida 25 de Abril, avenida Afonso Henriques, Ramalha, curva da avenida Bento Gonçalves/rua Conceição Sameiro Antunes, viaduto do Brejo/avenida 23 de Julho, Oásis/Laranjeiro, etc. acusando estar em causa a saúde pública.

Dizem que são os “lisos” nas rodas, causa da frequência de frenagens, e o ruído de “rodas quadradas”, então que seja reforçada a retificação das rodas e a conservação da linha férrea. O ruído é também uma componente importante do ambiente que se deseja e de direito, para que o MST seja amigo das pessoas.

Há cidadãos que já conhecem as carruagens, já as identificam pelos números, apontando mesmo aquelas que de “rodas quadradas” já parecem ter “rodas triangulares”

Importa ainda e também considerar as reivindicações populares para o alargamento da rede do MST a outras áreas do Concelho nomeadamente a extensão à Costa da Caparica, via Trafaria e à Charneca da Caparica/Sobreda.

São necessários estudos de necessidades sociais e de viabilidade económica, de meios financeiros o que deve determinar a consideração do presente e do futuro para garantir a viabilidade de transportes públicos que sirvam os cidadãos e o desenvolvimento económico e social da região.

Pelo exposto a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão plenária no dia 25 de junho, toma posição perante os órgãos do Estado e entidades públicas, deliberando:



- 1 - Reclamar pela absoluta necessidade de atuação e medidas que reduzam o ruído provocado pelas carruagens do MST;
- 2 - Reclamar por ser determinante para a atratividade do transporte coletivo e em particular do MST a sua integração no passe intermodal sem custos adicionais para o utente;
- 3 - Pronunciar-se pela oportunidade de estudo da necessidade social e da viabilidade económica da extensão do MST à Costa da Caparica via Trafaria, nos termos do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Programa Polis da Costa da Caparica, acordado pelo Governo e o Município;
- 4 - Considerar no quadro do Projeto “Arco Ribeirinho Sul” e “Baia do Tejo” uma oportunidade de integrar o estudo da construção das fases 2 e 3 da expansão do MST ao Seixal e Barreiro/Lavradio e seu possível prolongamento à Moita.

**7.5.24** - A Moção/Deliberação “Projeto Ambiental ReDuna - Recuperação e restauração ecológica do sistema dunar de São João da Caparica”, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Sónia Silva, foi aprovada por unanimidade.

**7.6** - Para esclarecimentos usaram da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

**7.6.1** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Permitam-me duas notas para em momento oportuno se aprofundar. Nós não temos expressamente a questão da lei travão, mas para todos nós pensarmos e havendo aqui até autarcas eleitos que são Deputados da Assembleia da República, devíamos pensar se esta questão também não se aplica, tendo em conta a aprovação de atividades com implicações orçamentais, relativamente a propostas que se apresentem e têm influência nos Planos e nos Orçamentos do ano.

Segunda nota, é se nós temos possibilidade, competências de impor, determinar, a uma empresa privada algo procedimental como é o caso da Moção que foi apresentada sobre a questão do estacionamento para cidadãos com mobilidade reduzida.

A empresa tem obrigações nos termos da concessão e não mais. E se recusar, o que acontece? Não se deve impor quanto muito propor a consideração do assunto, do que se deseja. Mas a Moção está aprovada.”

**7.6.2** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu parece-me que por analogia algo que já aconteceu no passado por isso é que esta proposta foi feita nestes termos, eu recordo-me que em tempos e no decurso das obras do MST a Câmara firmou com a Bragaparkes um acordo similar na altura para os moradores residentes nos locais e que portanto a norma é similar neste caso abrangendo um público alvo, digamos assim, diferente. Mas o âmbito e o alcance é igual.”



**7.4.3 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

Sim, mas a situação é completamente diferente, porque primeiro foi negociado com a Bragaparques essa situação e depois veio à Assembleia Municipal. No presente é ao contrário. Mas a proposta está aprovada.”

**8 -** Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 26 de junho de 2015.

**9 -** Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Joaquim António da Silva Gomes Barbosa, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Mira Borges.

**10 -** Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de trinta e três Srs. Múncipes.

**11 -** Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

**12 -** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H50 do dia 26 de junho de 2015.

**13 -** Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_